

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

N.º 2/XIII – “ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2024-2028”, N.º 3/XIII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2024” E N.º 4/XIII – “ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2024”

MAIO DE 2024



INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 02 maio de 2024, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial, e ainda com recurso a meios telemáticos.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às **propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XIII – “Orientações de Médio Prazo 2024-2028”, n.º 3/XIII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024” e n.º 4/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024”**.

As supramencionadas Propostas foram remetidas à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no dia 30 de abril de 2024, com data limite para emissão de parecer sectorial e envio deste à Comissão de Economia até ao dia 07 de abril de 2024.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio, na sua redação atual.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril, as matérias abaixo elencadas são da competência da Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

CAPÍTULO II

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, ambas para o ano de 2024, nas seguintes matérias:

- Alterações climáticas;
- Ambiente;
- Bem-estar animal e recursos cinegéticos;
- Comunicação social;
- Energia;
- Ordenamento do espaço marítimo;
- Ordenamento do território;
- Orla costeira;
- Política de ocupação dos solos;
- Recursos hídricos;
- Reservas naturais e ecológicas.

O parecer sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ações que foram acompanhadas da devida audição aos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.

CAPÍTULO III

APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

A programação anual contida nos documentos em análise estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional durante o ano de 2024.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2024, referente aos objetivos e programas da área de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Quadro

Plano Anual para 2024

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
1 - Coesão e representação	10.521.812	10.521.812	0
1.1 - Coordenação da atividade governativa	1 000 000	1 000 000	0
1.1.2 - Plataforma eletrónica de Comunicação com o Cidadão	130.000	130.000	0
1.1.3 - Jornal oficial, estudos e bases de dados jurídicos	80.000	80.000	0
4 - Diáspora e media	3 386 465	3 386 465	0
4.1 - Apoio aos Media	1 069 729	1 069 729	0
4.1.1 - Programa de Apoio à Comunicação Social	719.729	719.729	0
4.1.2 - Financiamento de obrigações específicas do serviço público de notícias e de televisão	350.000	350.000	0
7 – Economia rural e alimentação	122.067.670	68.521.900	53.545.770
7.2 – Desenvolvimento Sustentável, Biodiversidade e Alterações Climáticas	49.159.303	13.311.793	35.847.510
7.2.1 - Agro Ambiente, Clima e Agricultura Biológica	13.944.325	1.818.825	12.125.500
7.2.3 - Melhoramento Genético e Bem-estar animal	770.000	770.000	0
7.2.4 - Bem-estar de animais de companhia e errantes	324.289	324.289	0
7.2.14 - Life IP Climaz	424.820	424.820	0
7.2.21 - Gestão de recursos cinegéticos e piscícolas	134.295	90.015	44.280



7.2.31 - Melhoramento genético – Aquisição de equipamentos	200.000	200.000	0
7.2.32 - Programa de identificação e esterilização de animais de companhia: Centros de Recolha / Câmaras Municipais	115.000	115.000	0
7.4 - Ordenamento e gestão do território	100.000	100.000	0
8 – Economia do Mar	44.175.110	44.175.110	0
8.6 – Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha	2.478.536	2.478.536	0
8.9 - Gestão e requalificação da orla costeira	693.047	693.047	0
9 – Desenvolvimento Turístico, mobilidade e Infraestruturas	321.099.083	275.494.000	45.605.083
9.1 – Eficiência Energética e Energias Renováveis	32.751.004	32.751.004	0
9.2 – Serviços Energéticos	1.600.000	1.600.000	0
9.3 – Mobilidade Elétrica	1.100.000	1.100.000	0
9.4 – Política Energética	450.000	450.000	0
11 - Sustentabilidade, ação climática e gestão de riscos	31.799.448	31.799.448	0
11.1 - Planeamento, inspeção e promoção ambiental	8.647.147	8.647.147	0
11.2 - Qualidade ambiental e alterações climáticas	2.469.240	2.469.240	0
11.3 - Conservação da natureza e biodiversidade	3.796.570	3.796.570	0
11.4 - Recursos hídricos e rede hidrográfica	2.338.370	2.338.370	0
11.9 - Gestão de Riscos, Cartografia e Cadastro	2.346.621	2.346.621	0

De referir que não foram incluídas no quadro aquelas que são as ações que estão na tutela das obras públicas (Programa 9), mas que dizem respeito a obras afetas às áreas de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Projeto 9.32 – SRMP – Gestão e requalificação da orla costeira;
- b) Projeto 9.35 – SRAAC – Planeamento, inspeção, e promoção ambiental
- c) Projeto 9.36 – SRAAC – Conservação da natureza e biodiversidade



- d) Projeto 9.37 – SRAAC – Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica
- e) Projeto 9.38 – SRAAC – Centros de processamento de resíduos

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS, DISPONÍVEL EM [Parlamento online - Audição do Secretário Regional do Mar e das Pescas - Propostas de Orientações a Médio Prazo, do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2024 \(alra.pt\)](#)

Secretário Regional do Mar e das Pescas, tomou a palavra para fazer uma breve introdução iniciando a sua intervenção a informar que o Plano de Investimento da Secretária do Mar e das Pescas conta com um orçamento de 44.2 milhões, tendo um limite de confiança da média dos últimos anos. O gabinete atual adotou parte da proposta que tinha sido feita pelo Governo anterior.

Adiantou que nesta proposta a rubrica 8.1 que está relacionada com a gestão, porque tem uma percentagem muitíssimo elevada de investimento, relativos ao cluster do mar, relativo ao navio de investigação e do Polo Mar Tech. São 2 investimentos estruturantes para toda a ação da legislatura do Governo, nesta área que estamos a falar o cluster tem uma relação muito grande com toda a parte do ambiente tendo esta parte relativa aos assuntos do oceano está relacionado com o trabalho que é desenvolvido pela Direção Regional de Políticas Marítimas e, portanto, grande parte deste orçamento relativo a parte ambiental representa cerca de 10% no total do plano de investimentos e tem uma componente muito pesada, de cerca de 6% da parte da monitorização ambiental.

Continuou a sua intervenção a informar que este ano transita da Secretaria do Ambiente um conjunto de competências que tem haver com a gestão da requalificação da orla costeira. Esta gestão da orla costeira faz a ponte entre aquilo que são as competências da DRPM no conhecimento do oceano, na parte marítima, nas relações mar / atmosfera e nas relações mar / terra.

Pedido de esclarecimentos **Deputada Joana Pombo Tavares** do Grupo Parlamentar do PS

Iniciando a sua intervenção a considerar que esta é uma das secretarias mais importantes no contexto dos Açores, pela importância que tem na economia dos Açores, mas também para a proteção de monitorização da biodiversidade e das áreas anteriormente referenciadas.

Passou à questão que se mantém as antecipações das metas de 2030 para implementar os 30% do Mar dos Açores como áreas marinhas protegidas, que seria no final de 2023, mas que até agora não é referida qualquer data e qual é a data que está prevista para essa antecipação.



Questionou, também, sobre a perda de uma rubrica que consideramos importantes para o desenvolvimento turístico dos Açores, para poder até alargar um pouco a área turística marítima, que também o Governo assim o pretende, de ser possível alargar a época alta, que é a perda da criação de recife artificial que estava previsto um valor de 250 mil euros em novembro e que está completamente ausente nesta nova proposta.

E também lhe questionou sobre os estudos da alga invasora dos Açores, que foi uma resolução deste Parlamento em 2022, o concurso foi público em 2023, mas até à data desconhecesse-se qualquer ação de início do estudo e, consideramos, que dado o impacto que ela está a ter em várias atividades económicas essenciais para os Açores, seja na área piscatória, seja na área turística, consideramos que é extremamente importante esta ação, seja tida o quanto antes. Sabemos que o concurso Público foi no valor de 200.000 EUR e o que está no plano é um pouco inferior, mas preocupa-nos mais a efetividade deste estudo do que propriamente o valor que está associado.

Em relação ao plano a Deputada do PS, acrescentou que não variou sem ser em algumas das questões colocadas, por isso, considerou mais uma vez que não corresponde àquilo que seria o ideal e a necessidade que os Açores têm de momento.

Sr. Secretário do Mar e das Pescas

Nas áreas marinhas protegida, as metas mantêm-se, foi concluído a parte da definição do perímetro na área oceânica, estamos agora a iniciar, dentro de muito curto prazo, se inicie o processo participativo das áreas que costeiras. Está também um Decreto Legislativo Regional preparado para ser submetido à Assembleia para ser discutido e, portanto, sim, o único problema que temos relativo a estas metas das áreas marinhas protegidas, tem haver com a parte dos financiamentos dos impactos da frota com a implementação destas áreas. Relativamente a isso, temos o programa Blue Azores, que está a trabalhar para tentar responder a estas questões e, portanto, penso que estamos no desenvolvimento normal das metas que foram definidas. Esta Secretaria inscreveu neste Plano a necessidade de se fazer um estudo para fazer a clarificação deste contencioso que há com as associações da pesca relativa ao montante e ao valor real do impacto das áreas marinhas protegidas na pesca e, portanto, vamos tentar ainda este ano iniciar este trabalho, quantificar e rever com a Blue Azores o trabalho que foi feito de computação para estas matérias. Esperando clarificar o que está em jogo, quais são os montantes reais e como é que este cálculo que é sugerido pela Blues Azores foi efetuado, porque temos esta matéria de discórdia.



Relativamente ao recife artificial de Santa Maria, temos 2 problemas, o primeiro problema é que o navio inicial que estava disponível para ser utilizado não tinha condições estruturais para fazer a viagem até à Região Autónoma dos Açores e, portanto, o navio Schultz Xavier foi excluído. E foi sugerido um navio de investigação da Noruega do IPMA. Essa embarcação está no Seixal e agora era necessário fazer 2 estudos. O primeiro era avaliar se a embarcação está estruturalmente em condições de poder ser transportada para a Região Autónoma, na mesma ordem de pensamento da embarcação. Schultz Xavier. Esse estudo ainda não foi feito e o segundo estudo é avaliar se a embarcação pode ser, no sentido de poder afundada sem problemas de poluição. Foi dada indicação à Blue Azores para no âmbito do processo participativo de discussão das áreas marinhas protegidas na área de Santa Maria, fosse clarificada a área exata onde é proposto afundar este navio. Temos estas 3 situações que deverão ser clarificadas muito rapidamente. Uma vez tendo estas situações clarificadas, podemos ter a possibilidade de avaliar se no âmbito dos fundos que estão disponíveis, podemos utilizar um aviso para que possamos desenvolver e implementar este objetivo.

Relativamente ao estudo da alga, estas competências estão a ser transitadas agora para a Direção Regional de Políticas Marítimas. E não lhe posso dizer de momento, Senhora Deputada, qual é a situação exata do desenvolvimento do projeto, mas poderei pedir essa informação e transmitir-lhe mais tarde.

Pedido de esclarecimentos **Deputada Salomé Matos** do Grupo Parlamentar do PSD.

Na sequência dos esclarecimentos que o senhor Secretário também já prestou sobre a continuidade e a calendarização da definição das áreas marinhas protegidas. E tendo em conta que tem sido um assunto bastante debatido que interessa à sociedade civil, a uma vez que apreciamos nesta Comissão, 2 petições e efetivamente há algumas divergências sobre a perspetiva dos impactos que esta definição das áreas poderá ter em alguns sectores, nomeadamente, na pesca. Face a uma proposta àquilo que é a proposta da Lei do Mar a ser aprovada, suprimia as competências da Região Autónoma naquela que era a definição das suas áreas protegidas e classificadas. se a Região Autónoma dos Açores, não tiver a possibilidade de definir estas áreas marinhas. Que nos pode adiantar relativamente à importância do cumprimento de prazos, sob pena de corrermos riscos que elas possam vir a ser definidas sem a nossa intervenção direta sob pena de termos de adotar aquilo que outros definam para nós com o nosso prejuízo.

Outra questão que colocou tem haver com o avultado investimento do Cluster do Mar, 2 projetos que estão em curso, que tiveram dificuldades no seu arranque, devido a diversas vicissitudes, entre eles a conjunta económica. Aquilo que lhe pergunta, uma vez que se tem alvitado muito a



incapacidade do governo regional levar a cabo estes projetos, não conseguindo cumprir as metas do PRR, é tem em sua posse elementos que nos possa dar relativamente à calendarização destes. Quer da construção do navio, quer do tecnopólo mar Tech por forma a nos tranquilizar relativamente ao cumprimento de metas que o PRR assim obriga.

Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas

Relativamente à lei do mar é um problema de competências entre a República e a Região Autónoma dos Açores e da Madeira que temos de discutir com elevado sentido de Estado. Nós temos um conjunto de pendências com a República que resultam da definição clara do que é que são as competências. Estamos a ser confrontados com problemas quer na zona contíguas ao mar territorial quer na área de pescas, quer na área de recursos, quer nas áreas das águas marinhas protegidas, ou seja, há um conjunto de pendências que é necessário resolver. A República tem também consciência de que há um conjunto de coisas que não estão a funcionar bem. O diretor da DGRM ao visitar a Região Autónoma e contactou o Secretário RMP no sentido de aligeirar um conjunto de problemas que há a resolver e que impactam os sistemas de gestão que temos para desenvolver, por exemplo, sistemas de AIS, sistemas de vessel traffic, de rastreio de tráfico e mesmo problema da demora de despacho, ou seja, um conjunto de problemas para resolver, mas que as duas instituições estão a trabalhar no sentido de aproximar e aligeirar as decisões. Mas há questão que são estritamente políticas e tem haver com a Constituição da República e com o Estatuto Política da Região Autónoma e o conceito da gestão partilhada. Enquanto não se resolver vamos ser impactados numa série de áreas de atuação do Governo. É um problema nacional, um problema dos portugueses porque a República tem de definir se quer ter região autónomas que tenham um desenvolvimento grande e que lhe dê aquilo que prevemos nas orientações do plano de dar à República este valor estratégico e geopolítico e daquilo que nós chamamos de dimensão Atlântica do país e isto não se faz diminuindo a capacidade de gestão do Governo Regional.

Com as áreas marinhas protegidas, vem na sequência do que se passava com o ordenamento do espaço marítimo com um novo conceito de transformar as áreas marinhas protegidas num instrumento de gestão. Enquanto não resolvermos estes 2 problemas da Constituição e do Estatuto Político, vamos continuar a ter este tipo de problemas.

Relativamente ao Cluster do Mar, é um investimento grande, que até à data o navio de investigação que está a ser coordenado pelo Eng. Nuno Lima, está tudo a correr muito bem. Com o Cluster Mar Tech está a correr razoavelmente bem, com as dificuldades normais do desenvolvimento das obras. Resolvendo dia a dia, com fiscalização, empreiteiros e consórcio os problemas que nos deparamos.



Acrescentou, que vamos receber o navio já em 2025 e, temos de começar a trabalhar na operacionalização destas 2 infraestruturas. É muito importante sabermos como é que vamos gerir o navio, quem é que o vai gerir, quais são os custos que estão associados, como é que vamos, numa primeira fase, se mantemos o navio de investigação arquipélago e este navio, porque este navio não vai substituir o navio arquipélago em 2025.

Portanto, há aqui um conjunto de problemas operacionais que nós vamos ter de definir no curto prazo. Relativamente ao Mar Tech gostávamos muito de poder ter uma comissão instaladora que fosse que fosse pensando, como é que nós vamos operacionalizar este processo. Já não tanto o problema da construção, mas o problema da utilização e da operacionalização das infraestruturas. Saliu que é muito importante nesta altura começarmos a pensar nisso, porque, isto vai definir muito exatamente do trabalho que esta Direção Regional faz que é de pensar como vamos monitorizar enorme área do oceano que temos e nós temos a esperança, pelo menos é essa a visão daquela infraestrutura que possa arranjar, possa definir ou dar orientações de definição estratégica de como é que a tecnologia nos pode ajudar para fazer este processo de monitorização e quiçá também de fiscalização do mar dos Açores.

Pedido de esclarecimentos **Deputado Lúcio Rodrigues** do Grupo Parlamentar do PS.

Disse que está satisfeito com o rumo que o navio de investigação e o Mar Tech estão no âmbito do PRR estão a ser realizados. Mas é importante que fique registado que o PRR foi negociado pelo Partido Socialista, este Governo e o anterior Governo assumiram o PRR negociado pelo Partido Socialista como uma boa medida, estão efetivamente a levar em frente e naturalmente o Partido Socialista e os deputados do Partido Socialista congratulam-se por isso, porque de umas vezes a culpa é do Partido Socialista quando as coisas correm mal, quando as coisas correm bem também as coisas, as culpas também podem ser do Partido Socialista, gostava de deixar esta nota porque fico aqui em diário de sessões.

Relativamente à alga que está a destruir as nossas costas e que no passado recente, não só atacou a Baía do Porto Pim, como atacou toda a costa do faial deixando a sugestão ao senhor Secretário, que é uma pessoa que percebe mar e de investigação e que é reconhecido por todos e ainda bem que não faça aquilo que o seu antecessor fez, que foi manter os recursos de limpeza exclusivo à Baía do Porto Pim, porque há mais costa que necessita limpeza. Deixando esse alerta na discussão do plano, sabendo que não é da competência dessa Secretaria, mas que possa influenciar o restante Governo que se comece a olhar mais pelos pescadores, pelo núcleo de pesca, em particular, citou, tivemos oportunidade de discutir no Conselho de Ilha que tem a ver com a



dragagem do saco do Porto, que é importante que se faça, mas também que se retome a discussão do Porto e da segunda fase da obra do Porto.

Pedido de esclarecimento **Deputado Pedro Pinto** do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

No seguimento da intervenção do anterior deputado, refere que o Governo anterior não alterou o PRR, por várias circunstâncias e uma delas foi de que havia uma grande urgência do Primeiro-Ministro, António Costa, em ser o primeiro a apresentar o PRR fechado junto da União Europeia e, portanto, havia uma grande urgência para que a não se alterasse significativamente aquela que era a proposta que vinha do Governo do PS e portanto, este governo de coligação manteve a proposta exatamente por ter sido invocado esse interesse nacional por parte do então Primeiro-Ministro do Partido Sociais, António Costa.

Relativamente aos assuntos específicos do mar e das pescas, e apesar de não ser propriamente uma ação específica do Plano, gostaria de questionar o senhor Secretário relativamente à gestão das quotas, e obviamente nisto enquadra-se a utilização, o emprego dos navios oceanográficos na nossa Região Autónoma.

Pedido de esclarecimentos **Deputada Salomé Matos** do Grupo Parlamentar do PSD.

O Governo dos Açores tem assumido como uma das suas opções estratégicas, a sustentabilidade dos seus recursos. E numa Região onde a atividade marítima, seja turística, seja comercial, assume elevado relevo a apelou há memória para dar registo que a escola do Mar dos Açores, não obstante ser um investimento do Governo a do PS, registou-se, que infelizmente, não conseguiu até ao fim do seu mandato, ao longo de vários anos, garantir as condições, para que efetivamente servisse o objetivo a que se dispunha. Efetivamente, a continuidade que este Governo Regional fez daquilo que eram os eixos definidos anteriormente, fê-lo com responsabilidade.

Relativamente à escola do mar, foi uma situação que assistimos durante anos, a que não houve, por motivos vários, certamente justificados, condições para que a escola servisse o objetivo que se dispunha aquilo que era a sua intenção. Coisa contrária ao que tem vindo a acontecer desde, nomeadamente 2022, quando conseguiu iniciar um processo de certificação. Pergunto ao Secretário, sendo a Escola do Mar, neste momento reconhecida a nível nacional, como um centro de formação para as profissões do mar, o que nos pode dizer sobre os projetos e que ações que têm vindo a ser desenvolvidas e, se satisfaz, neste momento, aquilo que são as necessidades que a atividade marítima nos Açores tem.



Sr. Secretário Regional do Mar e das Pescas

E respondendo-lhe que o Governo e a Secretaria consideram que este projeto é um projeto dos Açores que dignifica e dá força à ideia de cimentar na Horta e no Faial este tipo de infraestruturas, porque historicamente se desenvolveu aqui e, portanto, nós daremos continuidade ao processo que foi iniciado, a visão é partilhada. Assumimos este projeto como um projeto dos açorianos e tem que ser assim, porque uma das funções grandes na operacionalidade deste processo e nós temos os parceiros a darem a utilização às infraestruturas. Temos esperança de captar muito investimento externo e pôr as nossas instituições a trabalhar com as instituições estrangeiras, e captar também um conjunto de instituições para as afixar na Região Autónoma.

Dizer-lhe também que nós esperamos que estas infraestruturas sirvam a Região, não apenas o Faial. Apesar de estarem sediadas no Faial, são instituições, infraestruturas que poderão ser utilizadas por parceiros da Região Autónoma dos Açores, de Santa Maria ao Corvo e esperamos dar respostas a um conjunto de problemas da Região Autónoma. O Mar Tech é um projeto ambicioso, com uma estrutura financeira no PRR muito exigente e, portanto, que exige que trabalhem com algum cuidado nesta visão. Para dizer que não há uma visão obtusa, política fechada bem pelo contrário, há uma abertura grande de participação dos nossos parceiros.

Relativamente à alga e à limpeza, tenho estado a visitar os portos, estando relativamente preocupado com a informação que vem chegando das operadoras marítima turística, relativamente ao coberto, daquilo que não se vê. Temos vindo a perguntar a Ciência, qual é a opinião e quais são as orientações que dão ao Governo no sentido de operacionalizar a solução. Este é um problema planetário que está ainda em desenvolvimento, não sabemos como é que o ecossistema vai reagir, mas temos esperança de no curto prazo, possamos chegar ao pico da invasão e começar a poder selecionar o problema.

O estudo que está implementado, esperamos que possa dar algumas soluções, muito embora lhe deva dizer que daquilo que tenho vindo a ser informado pelos colegas que têm este problema, nomeadamente em Espanha, e por via do mar dos Sargaços, a solução não é tão fácil como parece. Concordando que com os meios não só limpar a Praia de Porto Pim, mas em todas as áreas do Arquipélago. Embora essa seja uma tarefa relativamente grande que realizaremos com alguma dificuldade, até porque há muitas áreas que não são acessíveis e, portanto, já deixando de fora essas áreas, aquelas que são as áreas balneares ter essa atenção.

Relativamente à gestão das cotas, a cota do rabilho está esgotada. A cota do patudo, caminha para o esgotamento muito rapidamente. É preciso perceber que a Região Autónoma dos Açores, percorreu um caminho e está a chegar àquele caminho em que os pescadores e os armadores ganharam uma eficiência para desenvolvimento das táticas de pesca muito grande e, portanto, a



resposta e a capacidade de resposta para este problema seria ter mais recursos disponível. Isto é um problema mais complicado, mas será nesta questão que entra a sua pergunta sobre o navio de investigação e como é que as infraestruturas podem apoiar este processo? Para termos aumentos quotas, principalmente daqueles recursos em que as cotas são partilhadas, nomeadamente nos recursos da ICAP ao nível do Atlântico é um processo muito complicado porque obtém-se um conjunto de chaves de repartição que são muito negociadas e cada vez que é para alterar essas chaves de repartição, estas percentagens a cada país, é um processo muito doloroso. Ou o país tem a capacidade técnica de demonstrar, porque é que o consegue fazer, porque é que merece ter um aumento de quota relativamente aos outros países ou aos outros players. E aqui a investigação no seu no seu todo tem um papel importante. Mas não é só o as infraestruturas, esta Direção Regional de Políticas Marítimas, uma das grandes conquistas, e também vem do passado, Senhor Deputado Lúcio, tem uma enorme capacidade de captar recursos financeiros. Se olharem bem para a estrutura financeira desta direção regional, nestes pontos que dizem respeito a esta Comissão, grande parte destas verbas vêm de projetos que são captados pela Direção Regional de Políticas Marítimas, e esses projetos têm o objetivo não só de recolher informação do conhecimento do oceano para apoiar a decisão, como fazer o reporte daquilo que são as responsabilidades do Estado em muitas matérias, por exemplo, o projeto de lei FiP in Natura é um exemplo disso. A Direção Regional das Pescas deveria ter também uma capacidade de poder ir buscar este tipo de financiamentos, a estrutura da Direção Regional das Pescas neste momento é uma estrutura de responder sectorialmente. Mas uma das coisas que estamos a fazer é, o atual Diretor Regional de Políticas Marítimas, propõe uma alteração na estrutura organista da DRPM incluindo uma nova divisão exatamente para gestão de projetos e a ideia é ter uma divisão que tenha a capacidade de fazer a ligação direta com a Europa e com a Macaronésia, no sentido de implementar, efetivar e ter maior operacionalidade na captação de verbas externas. Gostaríamos de fazer isso na DRPM, não tendo recursos humanos disponíveis. Captamos investimento externo, mas deveríamos captar muito mais. Há um trabalho político que temos de fazer junto das organizações internacionais de sensibilizar estas entidades para o tipo de frotas e de gestão pesqueira que temos.

A EMA é outra das infraestruturas estratégicas da afirmação da Região Autónoma dos Açores. Não há economia azul sem formação. Não conseguiremos desenvolver uma economia azul com os objetivos da sustentabilidade, se não tivermos por trás um programa de formação.



DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA, DISPONÍVEL EM [Parlamento online - Audição do Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática - Propostas de Orientações a Médio Prazo, do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2024 \(alra.pt\)](#)

O Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática iniciou a sua intervenção apresentando as principais linhas de ação no domínio do ambiente para este Plano Regional Anual de 2024.

O Plano de Investimentos da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática apresenta uma dotação para 2024 de cerca de 31,8 Milhões de euros.

Recordo as senhoras e senhores que de acordo com a nova orgânica do XIV Governo Regional dos Açores, a Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática somou às suas competências a tutela do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, acrescentando ao investimento previsto para o Ambiente e Ação Climática, mais cerca de 12,2 Milhões de euros, alcançando, no geral, um investimento previsto de 31,8 milhões de euros.

A este montante, somam-se ainda cerca de 2,6 M€ que correspondem a investimento em obras públicas, a executar pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, perfazendo um total de 34,4 milhões de euros.

No que se refere aos investimentos especificamente no domínio do ambiente, efetivamente em análise na audição nesta comissão, o Plano para 2024 ascende a cerca de 19,6 milhões de euros, verificando-se um crescimento de cerca de 4,2% relativamente ao plano de investimentos de 2023, ou seja, mais cerca de 800 mil euros do que no ano anterior.

Dar nota também que se verificam algumas diferenças importantes relativamente ao plano para 2024, anteriormente apresentado em novembro de 2023 e que foi chumbado, que se justificam essencialmente por 2 razões.

Desde logo, porque com a alteração orgânica promovida no âmbito do XIV GRA, o ordenamento do território e a gestão da orla costeira transitam, respetivamente, para a Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação e para a Secretaria Regional do Mar e Pescas, sendo, que, neste contexto, se verificou uma transferência de uma verba de cerca de 1,4 M€, distribuídos por esses 2 departamentos.

Por outro lado, verificam-se também alguns ajustamentos em algumas dotações inicialmente previstas, tendo em conta que o Governo esteve em gestão durante vários meses, não tendo tido a possibilidade de lançar diversos procedimentos, o que, em alguns casos, não permitirá a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

execução de valores tão elevados como se havia previsto no plano para 2024 apresentado em novembro de 2023.

Ainda assim, relativamente ao plano para 2024 anteriormente chumbado, mesmo com a transição de cerca de 1,4 milhões de euros da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática para a Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação e para a Secretaria Regional do Mar e Pescas, referentes, respetivamente, a investimentos no ordenamento do território, e na gestão da orla costeira e de zonas balneares, e com os ajustamentos necessários devido ao período que o governo esteve em gestão, verifica-se um crescimento de cerca de 4,2% no investimento previsto para 2024, face ao verificado para 2023.

Este Plano de investimentos para 2024, reflete, naturalmente, as opções vertidas no Programa do XIV Governo Regional dos Açores, dando continuidade ao trabalho iniciado com o XIII Governo, focando-se no desenvolvimento sustentável da Região, atuando, sobretudo, em eixos estratégicos como a mitigação e adaptação às alterações climáticas, a preservação e valorização do património natural, a promoção da qualidade ambiental, a gestão eficiente dos recursos hídricos, bem como a produção de cartografia e gestão de riscos naturais

A ação climática continua a ser uma das prioridades do GRA, com diversos investimentos distribuídos pelos vários departamentos do governo nesta matéria, com vista à implementação do Programa Regional para as Alterações Climáticas, cuja revisão terá início em 2024, tal como previsto.

Neste capítulo, destaca-se o investimento para 2024 no âmbito do Projeto Life IP Climaz, superior a 2,1 M€, repartidos em cerca de 1,1 M€ a investir pela Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática, e cerca de 1 M€ a executar de modo repartido pela Secretaria Regional do Mar e das Pescas e pela Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação.

Estão previstas diversas medidas para reforçar o combate às alterações climáticas também distribuídas um pouco por todas as áreas de atuação da SRAAC, sendo de destacar as seguintes:

Desde logo, um projeto inédito, e uma aposta crucial do XIV Governo Regional dos Açores, na Capacitação para a Requalificação e Manutenção da Rede Hidrográfica, que a SRAAC irá dar início em 2024, com o levantamento das necessidades de cada ilha para posteriormente encetar os procedimentos necessários para a concretização do projeto.

Esta é uma das principais diferenças em relação ao plano para 2024 chumbado em novembro de 2023, onde se previa uma verba de 2 M€ para este projeto. Evidentemente que, sendo o plano agora só aprovado a meio do ano, não haverá tempo para lançar os procedimentos, que são morosos, atendendo aos valores em causa, e ainda executar a verba.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Por isso, lançaremos os procedimentos concursais em 2024, para executar o projeto até ao final de 2025, num investimento estimado em cerca de 3,5 M€, no âmbito do PO 2030.

Trata-se de um projeto que permitirá dar um contributo fundamental para dotar os serviços operacionais desta secretaria regional de meios e equipamentos operacionais próprios para assegurar a ação preventiva de intervenção na sua limpeza, manutenção e requalificação da rede hidrográfica das nossas ilhas, bem como na capacidade de resposta em caso de ocorrências no âmbito de eventos meteorológicos extremos.

Terá início também, em colaboração com o IPMA, o projeto para Instalação do Observatório Climático do Atlântico nos Açores, com o objetivo de recolher dados atmosféricos e da massa de água.

E verifica-se ainda o Reforço da verba destinada ao Regime Jurídico-Financeiro de Apoio à Emergência Climática em cerca de 20% face a 2023, totalizando 480.000€ para esta ação.

Ao nível da promoção da qualidade ambiental e da gestão de resíduos, permitam-me realçar um conjunto de projetos:

Desde logo destacar o maior investimento de sempre em relação ao Programa Eco freguesia, 1 M€. Este valor dará seguramente um grande contributo às nossas juntas de freguesia, para a manutenção dos espaços públicos limpos;

Com a conclusão no final de 2023 dos processos de reestruturação dos CPR para adaptação ao processo de recolha seletiva de biorresíduos, inicia-se agora um novo projeto, com o objetivo de modernização dos processos de reciclagem dos CPR, com a aquisição já em 2024 de 3 envolvidoras semiautomáticas de filme estirável para o envolvimento de fardos de refugo para os CPR Flores, Graciosa e Santa Maria, e com o lançamento, a breve trecho, dos procedimentos para o apetrechamento dos CPR com linhas de triagem, tapetes de abastecimento dos crivos, tapetes de abertura de sacos, bem como crivos rotativos, num investimento total previsto de cerca de 2,9 M € até ao final de 2025.;

Será dada continuidade ao projeto de implementação do sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas nos Açores, com o investimento de cerca de 900 mil euros, para efeitos de pagamento da compensação de 0,05€ por embalagem, manutenção das máquinas, comunicações e Prestação de serviços para apoio ao projeto. Este projeto tem sido um enorme sucesso, tendo permitido recolher já cerca de 13 milhões e quinhentas embalagens no Açores, em menos de dois anos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Destacar ainda o investimento na Rede de monitorização e plataforma de informação da qualidade do ar, com verba prevista de cerca de 309 mil euros, mais do dobro da verba inscrita em 2023;

E realçar também a continuidade da monitorização ambiental da radioatividade e o início da elaboração do Plano Regional para o Radão, com uma verba inscrita de 50 mil euros, para realização do mapa de suscetibilidade ao radão.

Terá também continuidade o projeto de monitorização e biorremediação de solos da Praia da Vitória, cujo concurso será agora lançado.

Ao nível conservação da Natureza e preservação da biodiversidade, destaque para:

Os investimentos previstos para a continuação da execução dos projetos 4 projeto LIFE em curso na Região (LIFE IP Azores Natura, LIFE IP Climaz, Life Beetles e Life Snails), com uma dotação global de cerca de 3.2 M€.

O investimento efetuado nos incentivos à manutenção de paisagens tradicionais da cultura da vinha e de pomares de espécies tradicionais, que representam, no plano que estamos a debater, um investimento de cerca de 2 M€.

Estão previstos investimentos de superiores a 1,6 M€ na Rede Regional de centros ambientais e promoção de práticas ambientais, que incluem as despesas inerentes ao funcionamento dos 20 edifícios que integram a Rede de Centros Ambientais da RAA, representando um aumento de cerca de 39% em relação a 2023.

Está também prevista uma quantia de cerca de 320.000€, no quadro de Monitorização e gestão do património natural e da biodiversidade, que pressupõe investimentos necessários à gestão da Rede de Áreas Protegidas dos Açores.

No que se refere à gestão dos Parques naturais de ilha, há-que dar nota da dotação de cerca de 540 000€, representando um reforço de 187%, face à dotação de 2023, que permitirá, reforçar as intervenções nos trilhos da RAA, integrados nos parques naturais de ilha e da responsabilidade da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática.

Destacar ainda o início da Implementação do Plano de Ação do Paleoparque de Santa Maria.

Ao nível dos recursos hídricos e da rede hidrográfica, está previsto um investimento avultado de cerca de 2,3M€, que representa um incremento de 60% em relação a 2023, e que permitirá reforçar a monitorização, manutenção e requalificação da rede hidrográfica da Região, a rede de monitorização do ciclo hidrológico e a implementação de instrumentos de planeamento dos recursos hídricos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

No que diz respeito à Gestão de Riscos, Cartografia e Cadastro, será efetuado um investimento de cerca de 2.4M€ em 2024, de onde se destaca a Execução do levantamento aerofotogramétrico com varrimento LIDAR para a Região Autónoma dos Açores, para elaboração da cartografia de risco para mitigação e adaptação às alterações climáticas, num investimento superior a 700 mil euros, o funcionamento do SIRGIC, com investimento previsto de quase 350 mil euros, e os investimentos no âmbito do Life IP Climaz, designadamente para a Monitorização das Massas de Água Interiores e de Transição da região Hidrográfica, orçada em, cerca de 330 mil euros.

Finalmente, em relação aos investimentos em obras públicas a executar pela SRTMI, como referi no início, está previsto um valor de investimentos de cerca de 2,6 M€, destinado a um importante conjunto de intervenções, destacando-se:

A conclusão da intervenção no complexo de infraestruturas de Porto Pim, no faial, com uma verba prevista de cerca de 1 M€;

O Início da construção do novo Centro de Interpretação Algar do Carvão;

A conclusão do Edifício do Serviço de Ambiente do Corvo;

Empreitada de Requalificação do Acesso Viário à Furna do Enxofre Graciosa

O lançamento dos procedimentos concursais para as próximas fases das empreitadas de requalificação do percurso pedonal e interpretativo da paisagem protegida do Monte da Guia, da requalificação do polo de Pedro Miguel do jardim botânico do Faial e requalificação da mata ajardinada da Lagoa do Congro, S. Miguel.

E ainda um conjunto diverso de intervenções de requalificação da rede hidrográfica e de estabilização de vertentes.

E são estas as principais linhas de ação presentes no Plano de investimentos para 2024 no domínio do Ambiente.

Pedido de esclarecimento da **Deputada Ana Jorge** do Grupo parlamentar do PSD.

Lendo aquilo que é o documento, o objetivo essencial é preservar e valorizar o ambiente e os recursos e proteger o património natural. Portanto, aquilo que lhe perguntaria, o que lhe pediria para reafirmar, nas várias ações e verbas que lhe estão alocadas, aquelas que, por exemplo, destaca como sendo importantes no envolvimento das gerações atuais na preservação da daquilo que é o valor patrimonial da nossa, natureza, um recurso essencial para o futuro. Diríamos nós numa linguagem mais comum. É a nossa galinha dos ovos de ouro e, portanto, é uma grande responsabilidade aquilo que eventualmente, a cada ano, a cada momento temos. A minha questão seria a os projetos que destacaria e os valores que lhe estão afetos nesta capacidade de envolvimento? E falou já também no eco freguesias. O que lhe que lhe solicitava, ou seja, este



plano, em que medida é que efetivamente, nas várias ações e objetivos, permita-se envolvimento desde tenra idade até a população adulta. Era esta a questão que lhe colocava muito obrigada.

Sr. Secretario do Ambiente e Ação Climática

Nos programas do Governo quer do interior, quer do décimo quarto Governo, se tenha definido este objetivo de desenvolvimento sustentável como um pilar fundamental e que é transversal a todas as áreas de atuação dei exemplos de várias iniciativas que estão em curso em outros departamentos do governo. Há um conjunto de projetos muito grandes e que estão em curso, que têm esta preocupação. Eu dei nota no que se refere à conservação da natureza, especificamente do grande impulso que é dado por esta ferramenta operacional comunitária que são os projetos lif e que NOS permitem, neste momento, ter projetos estimados em cerca de 40000000 em curso na região e que só no âmbito da secretaria regional do ambiente e Ação Climática para 2024, fora os outros departamentos que também são beneficiários deste projeto, representa um investimento de 3,2 milhões de euros é de facto um investimento muito significativo e este e esta é uma das ferramentas a que nos permite, de facto, envolver de forma significativa a população na busca de soluções a com a realização de um conjunto de ações de voluntariado que se tem decorrido em projeto muito importante e por isso mesmo nós estamos a fazer um reforço muito significativo de 1 Milhão de euros do investimento para todos estes projetos e ao longo destes anos, é evidentemente que o projeto eco freguesia também é um é um programa que obriga a envolver as populações nas ações de limpeza e manutenção dos espaços públicos que são das juntas de freguesia e, portanto, aqui. Há também evidentemente que a responsabilidade do desenvolvimento sustentável é individual e coletiva e que a tutelas têm responsabilidade de dinamizar esse desenvolvimento sustentável. Mas em última instância, é sempre uma responsabilidade individual de cada um de nós e, portanto, cada um de nós tem que dar o seu contributo a cabe-nos a nós criar mecanismos para envolver as populações em geral, a como fiz há pouco todo o investimento, o que é muito significativo, uma percentagem muito grande do investimento dedicado ao ambiente e relativamente aos incentivos à manutenção das paisagens tradicionais, da cultura da vinha e demais espécies tradicionais. Para 2024 previstos, 2000000 de euros, portanto, são é, de facto, uma fatia muito grande deste investimento previsto no âmbito desta secretaria. A destacar também alguns projetos como sabem, Já é difícil fazer a gestão e a conservação da natureza de forma equilibrada, conciliando os interesses de proteção especificamente do nosso património natural, com os interesses também desenvolvimento económico e social. Tudo isto é agravado com o fenómeno das alterações climáticas, que nos trazem desafios constantes e para os quais nós temos que nos adaptar rapidamente e daí que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

tenha destacado também o investimento que está a ser feito na implementação do programa regional para as alterações climáticas, através do projeto Live clímax e que para este ano tenho só nesta Secretaria um investimento 1.1 milhões de euros Ação Climáticas que é superior a 2 milhões de euros no comato das três secretarias, Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação, Secretaria Regional de Mar e Pescas. E também tem nota porque me parece muito importante o reforço que é feito no âmbito das verbas destinadas ao regime jurídico um instrumento de solidariedade muito importante para as famílias que um momento para o outro são afetadas por sistema que atua quando os restantes sistemas de apoio já foram escutados ou lá enquadramento e tem sido, de facto, intempéries. Sem obviamente o esperarem e que ficam com a sua vida é de facto muito difícil e, portanto, este é um muito importante no âmbito das intempéries que se tem verificado em várias ilhas e como se verificou no ano passado na ilha de São Miguel, com um com muitas famílias afetadas e que felizmente já foi possível apoiá-los através deste instrumento. É e depois há um conjunto de investimentos na gestão da rede regional de áreas protegidas, da gestão dos parques naturais. E aqui fiz questão também de reforçar um aumento de 187 e 7% na verba destinada à gestão dos parques naturais de ilha, porque nos permitirá, de facto, reforçar a intervenção nos trilhos para estes que são um ícone dos Açores e que são cada vez mais solicitados e, portanto, permite, permite-nos a fazer uma gestão mais efetiva e mais incisiva destes. Volto a referir a importância dos investimentos previstos na gestão dos recursos hídricos, onde se verifica também um reforço do investimento para 2024, muito significativo de 60%, a atingindo os 2,3 milhões de euros e, portanto, este plano de investimentos reflete perfeitamente as orientações que estão previstas no programa do Governo e dá facto uma dimensão executiva das preocupações do governo é ao nível do desenvolvimento sustentável e da mitigação dos efeitos das alterações climáticas na região.

Pedido de esclarecimentos **Deputada Joana Pombo Tavares** do grupo parlamentar do PS.

Nós, grupo parlamentar do Partido Socialista mais uma vez consideramos que de novembro até ao momento que nos é apresentado e o que é sempre dito em comunicação social é que é um orçamento semelhante continuidade e por isso consideramos, sem dúvida, pela análise feita, ainda que com pouco tempo de análise dada A Entrega mais tardia e com pouco tempo que tivemos para análise do plano final. Mas considerámos e continuamos a considerar que este volta ser de novembro até agora, ou seja se foi um orçamento chumbado um plano chumbado em novembro e que volta e falta a questão do dialogo a questão da concertação e que por isso não apresenta os documentos semelhantes os documentos semelhantes, no entanto, nesta questão aqui do ambiente, temos a constatação de áreas que consideramos extremamente importantes e



que têm se alterado também ao longo dos anos, nomeadamente com o impacto das alterações climáticas e nas ações que têm que ser necessariamente efetuadas em várias áreas de parque, fora das áreas de parque mas na tutela do ambiente que uma das questões realmente que tinha para si é aquilo que considerou como um investimento inédito dos 2 milhões de euros na área da capacitação de estranha de estranhamento ter uma redução para 10000 EUR ouvi a sua justificação. No entanto, não considero que há de 2000000. Passaremos para 10000 e que não tem que a Secretaria não terá capacidade de colocar a implementação esta rubrica e consideramos que sem dúvida vai colocar em causa tudo aquilo que estava previsto, sabemos também que daquilo que temos assistido ao longo dos últimos dois três anos, este é um plano que depois a executar e efetivamente a executar, depois, nas áreas, nas áreas ambientais. A execução depois é pouco. Vejamos até a sua necessidade de aumentar a rubrica de áreas de parque e por causa da manutenção de trilhos, o que assistimos e tem sido até à não é dito por nós, é dito pela Comunidade, é dito pelos agentes turísticos que nos últimos três anos os trilhos inclusive os da tutela do ambiente tem estado ao abandono sendo que este é sem sombra de dúvidas. Aquela oferta turística que nós temos ao longo de todo o ano, ou seja, se queremos e se o Governo atual quer tirar a época alta da dos meses de Verão, os trilhos são aqueles que nós conseguimos. Sem dúvida, e estender ao longo de todo o ano. Nós temos várias reuniões efetuadas e temos inclusive agentes turísticos que nos dizem que ao longo do trilho, depois tem que voltar para trás, porque não conseguem de forma alguma passar, não pode, não se pode compactuar com o que está a acontecer e sem dúvida, há que também áreas de parque que se encontram ao abandono de há dois três anos pra cá, que haja essa manutenção. Mais uma vez, consideramos que a ainda na área dos recursos hídricos, se encontram ao abandono dada há 2 3 anos para cá e que se tornam necessários e urgentes em várias ilhas dos Açores não é só não foi só na capacitação que houve uma redução. Temos também medidas previstas para o plano de Gestão de riscos, que também tem uma redução significativa e que, por isso, consideramos de extrema importância aquilo que está previsto nesse plano mais uma vez e como realçou, deveremos, sem dúvida, segmentar as rubricas do ambiente, uma vez que houve rubricas que saíram rubricas que entraram, mas as rubricas da tutela do ambiente e desta comissão, sem dúvida que tiveram um decréscimo de valor e isto como também salientou que também estará em diminuição Será a um produto turístico que é sem duvida o

Paleoparque , que será criado nos Açores, em que o seu plano de ação, já antes de começar, já se encontra hipotecado para o próximo ano e que também consideramos de extrema importância. Por isso, mais uma vez consideramos que este plano que nos é apresentado não responde aos principais desafios que o ambiente dos Açores nos trás e não responde concretamente porque sabemos que, depois da execução e da aplicabilidade de que depois esses planos têm, não irá



corresponder, depois aqui ao problema que nós temos. Por isso considero a minha questão e dado que incentivou tanto o investimento inédito. Questiono-lhe os 10000 EUR, o que é que se pretende até dezembro de 2024?

Sr. Secretario do Ambiente e Ação Climática

Começava logo pela questão de termos hipotecado o plano e orçamento para 2024. Ora, se este plano está hipotecado, devemos em grande parte ao Partido Socialista, porque votou contra o plano apresentado em novembro de 2023 e, portanto, se não o tivesse feito grande parte destes investimentos estariam neste momento em curso. Portanto, Senhora Deputada se lamenta que eu esteja hipotecado, seguramente lamenta também a atuação do Partido Socialista nesta matéria. Queria dar-lhe nota de que? Senhora deputada, nós temos que fazer uma gestão eficiente das verbas de nada serve inscrever uma verba de que nós E escutar, evidentemente que relativamente a este projeto da capacitação para enfim, com meios e equipamentos da Secretaria para intervenção na rede hidrográfica, estamos a falar. Estamos a falar de um procedimento que era um valor muito significativo, que é concurso Internacional que exige o visto do Tribunal de Contas, que se pode prolongar por vários meses. Tempo de entrega destas viaturas desses equipamentos varia entre os 6-9-10- 12 meses e, portanto, se nós vamos ter um plano aprovado em maio se entra em vigor em junho, como é que em 6 meses se lançava um procedimento concursal desta magnitude, se comprávamos equipamentos e se pagava a verba e, portanto, não vale a pena entrarmos em demagogia, Senhora Deputada, tínhamos 2000000 de euros e agora temos 10000 EUR. Evidentemente que demagogia seria colocar 2000000 de euros neste momento neste. Neste plano não é possível executar, lançar procedimentos, executar uma verba de equipamentos que têm tempo de entrega tão longo em 6 meses. Portanto, explique-me, Senhora Deputada no entender do partido Socialista por que razão é que havia de ter aqui uma verba de 2 milhões de euros. Julgo que em relação a esta matéria, fui muito claro depois também dar-lhe nota, Senhora Deputada em relação à gestão dos trilhos, eu lamento que o Partido Socialista, o grupo parlamentar do Partido Socialista, só agora é que faça reuniões com as associações para aferir o estado de conservação do parque natural dos Açores e nomeadamente dos trilhos, porque os trilhos tiveram muitas dificuldades ao longo da última década. Grande parte dela da responsabilidade de gestão do Partido Socialista e nessa altura nós não vimos o Grupo Parlamentar do Partido Socialista interessado em fazer reuniões para fazer ponto de Foi só destes tributos, mas dou-lhe nota que, como a Senhora sabe, esta é uma questão muito difícil. Para já é repartida entre várias tutelas dentro do governo regional, Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática, mas também a Secretaria Regional de Turismo de Infraestruturas. Mas há trilhos da competência dos



municípios que são geridos por juntas de freguesia. Portanto, há uma multiplicidade de entidades que gerem estes tributos, o que lhe posso dar nota é que nos damos grade prioridade á gestão dos trilhos, não é fácil fazer gestão de trilhos, muito menos no período de Inverno, como a Senhora diz, porque é um trabalho exigente para os operacionais que os obriga a estar em condições climatéricas muito adversas nas intervenções que têm que ser feitas nos trilhos e, portanto, nós, como em tudo procuram se as condições mais favoráveis para fazer as intervenções, sendo certo que há ilhas onde é mais difícil fazer essa manutenção, porque os recursos humanos e operacionais não chega para uma tão extensa rede de trilhos pedestres e nos temos obviamente que contratar esta prestação de serviços em algumas ilhas, como acontece nas flores, por vezes os concursos nem sequer são preenchidos. Não há, não há quem se disponibilize no âmbito dos concursos lançados das prestações de serviço lançadas para assegurar estes serviços e, portanto, nós nesses casos temos que de multiplicar os nossos recursos humanos, os nossos operacionais para ir fazer essa manutenção no entanto como cada vez é maior a rede de trilhos pedestres nos açores nos reforçamos significativamente esta verba este aumento de 187% 540.000 euros de forma a garantirmos que podemos fazer uma gestão adequada dos trilhos, que são responsabilidade da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática, e depois dar nota em relação aos recursos hídricos. Senhora deputada, Eu Não sei onde é que a Senhora foi buscar essa informação, mas não confere a um aumento na rubrica destinada aos recursos hídricos, gestão dos recursos hídricos de 60%. Totalizando 2,3 milhões de euros. Mas para dar nota que em todas estas ações que nós temos aqui, a ação climática e organização social a um determinado de 69% do investimento previsto, qualidade ambiental e alterações climáticas, 114% do investimento conservação da natureza e biodiversidade 51%, recursos hídricos e rede hidrológica 60% de crescimento e no final estão de riscos. Cartografia e cadastro aqui sim, há uma diminuição que justifica, evidentemente. Por um lado, pela saída de algumas verbas para as secretarias gerais da agricultura e alimentação e para a Secretaria Regional do Mar Pescas, tendo em conta a nova orgânica e também 2 projetos. Um procedimento sendo lançado agora executar estas verbas e também com a redução prevista porque o projeto inicial era previsto no âmbito da cartografia pormenor de risco para mitigação, hidratação às alterações climáticas, transitou para o 2030. Neste caso fica apenas aqui a componente do levantamento aerofotogramétrico e dar-lhe nota também. Por fim, relativamente à execução a Senhora deputada, eu julgo que é tempo de nós fazermos este exercício final do ambiente, em 2024, teve uma taxa de obrigações de 81%, que é uma taxa significativa. Se estes 2 projetos dos sistemas de alerta de cheias e bacias de risco e da cartografia de pormenor de risco para mitigação, hidratação às alterações climáticas não tivessem tido problemas de execução alheios à Secretaria, nós poderíamos ter ultrapassado os 91% de taxa de obrigações, o que é algo muito significativo, Senhora Deputada e, portanto, é bom que nós



saibamos distinguir esta matéria naquilo que é uma execução financeira e naquilo que é. Legal porque estes projetos foram efetivamente executados.

Pedido de esclarecimentos **Deputada Joana Pombo Tavares** do grupo parlamentar do PS

Há 2 considerações que peço desculpa de fugir, mas vou ter que fazer pelo seguimento do que foram as declarações do senhor Secretário, uma vez que a está a ser um discurso recorrente que o chumbo é da responsabilidade do Partido Socialista e relembro que o chumbo é da capacidade do Governo que garantiu a estabilidade daquele da coligação que estava a formar e dos apoios dos partidos que o apoiavam para governar durante 4 anos. E o que se verificou foi que, afinal, a estabilidade não foi mantida e por isso, não é responsabilidade do partido socialista, mas sim do governo que não conseguiu manter a estabilidade e governar durante os 4 anos que se comprometeu em relação aos 2000000 que referiu e que estava a ser de demagogia, que seria só os 10000. A única questão que tem a colocar é então, vamos fazer um exercício se plano fosse aprovado em dezembro, sabemos que executar seria a partir de fevereiro, março a também se há coisas que são 12 meses, também não iria cumprir os 2000000 que estavam previstos dados os prazos que o senhor secretário indicou e não eu em relação as reuniões que o Partido Socialista faz. Nem todas são públicas, não é obrigatório ser públicas e não é desde agora que a que o Partido Socialista venha a indicar que áreas de parque em abandono e a trilhos em abandono não é de agora, não é da notícia recente, não é do requerimento recente, o requerimento apenas surge, porque ao final dos anos de estar a chamar a atenção e uma vez que mais operadores turísticos nos abordam e não ao contrário, a esta questão tem que ser só com autorização do seu Presidente, uma vez que não nos foi esclarecida pelo seu Secretário do mar, uma vez que é uma área que transita de si para o mar, em que ponto da situação é que está o estudo da alga invasora?

Sr. Secretário do Ambiente e Ação Climática

A Senhora Deputada Joana Pombo Tavares, evidentemente que o projeto para capacitação a da Secretaria com mais ao menos e depois há equipamentos que o prazo de entrega são 6 meses e há e há uma grande parte deles que se estimule os 6 meses de prazo de entrega e, portanto, evidentemente, se nós tivéssemos lançado o procedimento ainda no final do ano passado, teríamos tempo mais do suficiente para adquirir esses equipamentos e poder justificar a execução deste desta verba de 2000000 de euros, sendo certo que o total de 3,5 milhões de euros eu nunca seria executado antes do final de 2025. Portanto, parece-me uma coisa clara, evidentemente que eu, enquanto Secretário Regional do Ambiente e Ação Tem uns que são mantidas pelo Grupo



parlamentar do Partido Socialista, mas é importante saber porque é que há uma atitude agora e não há uma atitude anteriormente, designadamente esta a enfim, esta tendência de fazer questões sobre esta matéria. O XIIIº e o XIV Governo Regional dos Açores, mas não, por exemplo, o XIº ou XIIº governo regional de responsabilidade do Partido Socialista, mas Senhora Deputada. Enfim, a Senhora faz o seu trabalho compreendo perfeitamente, mas dou-lhe nota disto sabe quem é que não votou contra o plano e orçamento, PSD, CDS, e PPM fazem parte deste Governo e, portanto, se o Partido Socialista contribuiu para o chumbo do deste plano de orçamento apresentado em novembro de 2023, não é possível fugir à responsabilidade que a Senhora diz haver de ter sido hipotecado o plano para 2024, que agora discutimos muito obrigado.

Pedido de esclarecimentos **Deputada Joana Pombo Tavares** do grupo parlamentar do PS.

No seguimento daquilo, que disse agora no final e só para podermos ter uma noção, disse que se os procedimentos tivessem sido lançados no final do ano passado, que seria possível a execução e a minha questão é porque é qual foi a dificuldade de poder lançar, uma vez que em nada se refere ao plano e orçamento 2024.

Sr. Secretário do Ambiente e Ação Climática

Peço desculpa a pouco não há, não lhe respondi em relação à questão que colocou relativamente ao estudo sobre a (alga invasora) comemorar esse estudo já foi adjudicado. Não sei precisar a data, mas já foi adjudicado e, portanto, está neste momento a ser elaborado pela Universidade dos Açores e como sabe, há um prazo de entrega de 1 ano e, portanto, ao final de um ano teremos os resultados que d percebo que não saiba uma governo em gestão não pode adiantar novos procedimentos nem sequer pode fazer cabimentações para o lançamento desses procedimentos e, portanto, evidentemente que desde o momento em que o plano e orçamento foi chumbado, em Novembro de 2023 e até à data em que nós falamos, não é possível lançar novos procedimentos ou pelo menos até a data em que foi formado o novo governo, mas obviamente, para efeitos de cabimentação, é preciso um plano aprovado e, portanto, não foi possível lançar esses procedimentos até agora, o que NOS deixa, de facto, o ano um muito curto para investimentos, que se prendam com prazo de execução longos e com procedimentos também concursais longos.

Pedido de esclarecimento da **Deputada Ana Jorge** do Grupo parlamentar do PSD.



Apenas e porque realmente parece-me que a todos nós, de uma forma ou de outra, a em diferentes contextos, até individual em grupo, em atividades mais ou menos formais, os trilhos dizem-nos muito, não é? E são realmente uma das grandes diversidades e riquezas que teremos para oferecer em termos de turismo, a contos largos e se eu não tiver falhado, excecionando aqui as grandes, as grandes rotas, temos cerca de aproximadamente mais de 650 km de trilhos assim identificados. Fazerem se e definir em trilhos e em ilhas que com grafias difíceis também daí o encanto eles são prejudicados naquilo que é o percurso. O percurso a realizar é, evidentemente que é mais fácil também dos trilhos a sujeitos que estamos a fenómenos atmosféricos mais extremos. Muitos destes trilhos também eventualmente identificar um trilho, formalizá-lo do que até eventualmente posteriormente a sua manutenção. Dizia eu que cerca de 650 km de trilhos não estou aqui a referir às grandes rotas e daquilo que se percebe que está identificado interrompido ou até inclusivamente fechado nos temos cerca de apenas 5% desses mesmos trilhos Evidentemente que isso também é um trabalho árduo, árduo muito árduo, conseguir a manutenção e é disso que nós temos vindo muitas das vezes a falar ao longo destes últimos anos é a manutenção, a manutenção de equipamentos, manutenção de infraestruturas e neste caso estamos a falar na manutenção dos trilhos e penso que .sendo um assunto de interesse, significativo será importante aquilo que certamente se interessarão por fazer trilhos a quem, desde já, também cumprimento eventualmente em contexto escolar ou até em contexto familiar, a dar conta da importância de nós sermos simultaneamente preservadores dos trilhos. Por isso é que há um código de ética e de conduta precisamente a seguir também nesses trilhos e, portanto, os trilhos são, como dizia um recurso, um recurso que também importa e se deve manter. Evidentemente que é difícil, a manutenção é sempre é sempre mais difícil. contudo, também dar conta de que isto, eventualmente mais de 95% dos nossos trilhos estão perfeitamente exequíveis e são visitáveis, fazendo a conta daquilo que são os que estão formalmente fechados ou encerrados. Muito obrigada, é apenas isto que gostaria de fazer referência.

Pedido de esclarecimento **Deputada Joana Pombo Tavares** do grupo parlamentar do PS.

Eu gostava de novo no que foi o seu esclarecimento ao meu desconhecimento. Eu gostava só de perceber e que me possa esclarecer qual é a diferença da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática. Alterações climáticas anteriores, não poder fazer procedimentos uma vez que o que o orçamento chumbou quando existem outras secretarias que o fizeram, nós tivemos o lançamento de um procedimento para 2 25000000 de euros para 2 navios no dia 15 de janeiro, ou seja, entre



um chumbo do orçamento de novembro. Por isso questiono qual foi a alteração que pode haver da Regional do Ambiente e Ação Climática que não permite esse procedimento, quando muitas outras o fizeram, inclusive em estradas e navios elétricos.

Pedido de esclarecimento **Deputado José Sousa** do grupo parlamentar do Chega.

Eu tenho aqui uma pergunta que por acaso já foi falada por diversos senhores deputados, Senhora Ana Jorge, Senhora Deputada Ana Jorge falou também na manutenção dos trilhos, que é de extrema importância. O Secretário também falou que às vezes é difícil em algumas ilhas, precisamente aqui na ilha Das Flores, devido à falta de meios humanos disponíveis. Na Secretaria Regional de Ambiente e Alteração Climática. E às vezes é complicado conseguir, por exemplo, empresas Aplicados devido também ao que aconteceu no ano passado, em que uma das empresas prestou serviços à Secretaria praticamente durante todo o ano, teve que manter os salários, manter tudo o que é em dia e levou quase um. Dessa forma, se forem mais Céleres a fazer os pagamentos, eu tenho a certeza que não faltarão privados ano para receber. Obviamente que eu, como qualquer outra pessoa, não queremos trabalhar para a Secretaria assim. Para fazer o serviço.

Pedido de esclarecimentos **Deputada Sabrina Furtado** do grupo parlamentar do PSD.

Esperei para o fim para a última a ronda, terceira ronda desta audição e queria apenas tecer algumas considerações. Primeiro, acho lamentável que se tenha concentrado uma audição com o Secretário do Ambiente e até já podemos ver qual vai ser o apanágio do Partido Socialista nas próximas audições este ano. No chumbo ou não chumbo ou na falta de responsabilidade, ou no partilhar de responsabilidades do orçamento para 2024 em novembro de 2023, como que uma corrida desenfreada por um lavar de mãos de sim o Partido Socialista ter posto a região em stand by durante 6 meses. Depois, naturalmente, dizer que a eu percebo a questão da Senhora deputada Joana Pombo, não acredito é que não saiba a resposta para a sua questão, tudo o que foi adjudicado durante o Governo que estava em gestão está inscrito no PRR e, portanto, durante os governos em gestão, o PRR tem que avançar. Acredito que até lhe custe que assim seja, mas uma coisa são procedimentos de um governo em gestão e outra coisa são as diretivas, que continuam a ser executadas, quer o Governo exista, quer não exista quer esteja em gestão, com ou sem orçamentos chumbados, e sim com o voto contra do Partido Socialista, e sim, que pôs os Açores em standby em diversas áreas, incluindo no ambiente e nas ações climáticas. E depois também seria bom nós sabermos exatamente de que trilhos a senhora deputada Joana Pombo está a falar



porque o seu Secretário, naturalmente tem uma lista enorme elencada de trilhos nos Açores. E como disse a Senhora deputada Ana Jorge e muito bem, são cerca de 650 km. Não acredito é que se possa chegar aqui com esse tipo de generalização, porque se calhar Senhora Deputada Joana Pombo Tavares está a falar de 1 ou 2 trilhos dos Açores, de que estamos a falar de todos os projetos dos Açores, de que estamos a falar de todos os centros ambientais, dos Açores. E de que estamos a falar de tudo o que diz respeito à Secretaria do Ambiente, esse tipo de generalização para quem nos ouve é perigosa, nada abona em razão da verdade e acho que devíamos ser todos um bocadinho mais cautelosos com esse tipo de postura.

Pedido de esclarecimentos Deputado **Lúcio Rodrigues** do grupo parlamentar do PS

Não vai ser só no sentido de esclarecimentos ao senhor, ao Senhor Secretário, mas há situações que merecem da parte de todos os deputados e para quem nos ouve, parafraseando Senhora Deputada, a Sabrina Furtado, para quem ouve para se perceba que uma mentira dita muitas vezes não passa a ser verdade aquilo que aconteceu em 2020 foi um acordo de incidência parlamentar com vários partidos, nomeadamente os partidos que o Senhor Secretário referenciou muito bem que fazem parte daquilo da coligação, mais outros partidos, o Partido Socialista, desde 2020 até 2023, manteve a sua coerência naquilo que era a posição relativamente ao governo que estava a governar.

ou seja, em 2023, o orçamento foi chumbado porque o governo da altura não soube. Mas não é a nós que nos cabe explicar isto. Cabe quem cabe explicar isto é o Governo não soube manteve os seus parceiros de coligação, foi isso que aconteceu. Partindo do princípio que a Senhora deputada Sabrina Furtado já sabe qual será a posição do Partido Socialista e que acima de tudo já assume qual é a nossa narrativa, também gostava de lhe dizer o seguinte os senhores é que puxaram esse assunto foi o senhor secretário é que falou nessa questão de que o Partido Socialista é que tinha chumbado ou partindo do princípio que a vossa narrativa irá ao encontro ou de encontro a nossa aquilo que nós vamos dizer isto não é sério. Relativamente aos trilhos e pedindo já desculpa ao Senhor Presidente pela tolerância, agora sim, vou me dirigir ao Senhor Secretário relativamente aos e não querendo generalizar de forma nenhuma.

Mas há vários deputados nesta Casa, incluindo a Senhora Deputada Ana Jorge, mas há outros que fazem muitos trilhos por essa região autónoma toda, eu sou um deles, senhor Deputado Nuno Barata, o senhor Deputado Carlos Silva, o senhor Deputado Joaquim Machado. Enfim, são pessoas que gostam de fazer trilhos, vão a usufruir da natureza numa perspetiva de atividade física e desportiva, e a verdade é que não são 5% estão fechados supostamente quando só esses 5% que



estão a necessitar de manutenção, há muitos mais. Nós sabemos que vivemos nos açores, que as condições meteorológicas nem sempre são as melhores, mas sabemos que os trilhos estão a precisar de manutenção e ao contrario do que a senhora deputada Ana Jorge diz houve efetivamente ao longo dos anos a abertura de muitos trilhos eram efetivamente caminhos de passagem, caminhos de trabalho e que não é assim tão fácil abrir esses trilhos. Não podemos ter um membro do governo a dizer que os trilhos são o nosso principal ativo. Os Açores pelos trilhos que existem quer a de do da responsabilidade do governo, quer da responsabilidade dos municípios, quer de responsabilidades partilhadas. Também existe. Não é verdade dizer que são 5% de manutenção? É preciso muito, é há muito mais do que 5% a precisar de manutenção e vamos entrar numa época onde a pegada será maior e é importante que tenham isto em atenção, disse.

Sr. Secretario do Ambiente e Ação Climática

Tentarei ser sintético começando pelas questões dos trilhos e complementando desde já senhor deputado Lício Rodrigues. Portanto, apenas uma nota de que não foi a Secretária do Ambiente que trouxe o assunto para a Mesa. o Secretário do Ambiente falou em resposta a um desabafo da Senhora deputada Joana PomboTavares em relação ao possível hipoteca do plano para 2024 e eu apenas contestei dizendo que se este plano está hipotecado deve-se ao seu chumbo para o qual o grupo parlamentar do Partido Socialista teve um papel determinante em relação aos trilhos bom não vale a pena sacudir a agua do capote esta é uma gestão difícil porque são varias entidades, partilhada porque cabe conjunto de intervenções outros departamentos, nomeadamente a sinalização dos trilhos ou outro departamento, é mas nem tanto ao mar, nem tanto à Terra. É preciso manutenção contínua nos trilhos. É sim, Senhor, mas a verdade é que a maioria dos trilhos estão perfeitamente transitáveis eu Não disse, só que eram questões climatéricas adversas em grande parte do ano e também por falta de Deputado José Sousa, com certeza, quanto mais atempados são os pagamentos, maio, a vontade das empresas poderem assumir este tipo de prestações de serviço. Mas a verdade é que, no caso Das Flores, vários concursos ficaram vazios. Inclusive nós tivemos que subir os valores para conseguirmos arranjar quem pudesse prestar esse serviço o que é certo é que também não vale a pena dizer que grande parte dos trilhos preciso manutenção, mas ao longo de todo o ano e com exclusão dos trilhos que são encerrados por questões de segurança, genericamente os trilhos são transitáveis e são e estão perfeitas condições para poderem ser feitos. No entanto, evidentemente que esta é uma preocupação que nós temos. E daí o reforço de verbas que nós temos para investir neste domínio, que é de facto um grande ativo que nós temos a para o desenvolvimento turístico, mas chama a



atenção, Senhoras e Sem horess que a responsabilidade da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas e Ação Climática, neste caso em concreto, é de salvaguardar a preservação do nosso património natural, daí que seja A Entidade responsável pela manutenção dos trilhos dentro dos parques naturais. E eu julgo que genericamente já tudo foi dito em relação aos trilhos, mas eu termino com a resposta à questão levantada pela Senhora deputada Joana Pombo Tavares, evidentemente que essa resposta também já foi dada pela senhora deputada Sabrina Furtado e também acho que a Senhora deputada Joana Pombo Tavares já sabe a resposta a essa pergunta e se não sabe, devia saber. Evidentemente que instrumentos financeiros desta magnitude e que têm um Tema, um final que não pode ser adiado, se isso faz com que esses procedimentos sendo inadiáveis possam ser lançados. Outra coisa é a investimentos no âmbito de programas como é o caso do PO 2030, que evidentemente não estão a finalizar e, portanto, não sendo inadiável, as secretarias não podem lançar novos procedimentos. Eu julgo que é uma. Está muito simples de entender, Senhora Deputada.

[DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E COMUNIDADES, DISPONIVEL EM Parlamento online - Audição do Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades - Propostas de Orientações a Médio Prazo, do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2024 \(alra.pt\)](#)

O Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades iniciou a sua intervenção apresentando as principais linhas de ação no domínio do ambiente para este Plano Regional Anual de 2024

Nós, no âmbito desta comissão, vamos sobretudo o regional, apresentar aquele que é o programa de apoio à comunicação social e os seus resultados e também aquela que é também o 4.1 ponto 2 que é o financiamento das obrigações específicas de serviço Público de notícias e de televisão. Bem em relação ao prémio ao promédia 2024 eu gostava de apresentar os seguintes dados, foram abertas candidaturas durante o mês de dezembro de 2023 para o pró Média 2024 deram entrada 27 candidaturas. Verificou-se a admissibilidade das candidaturas e analisou se os valores apresentados, o que já foi feito, todas as candidaturas preenchem os requisitos para aprovação. O valor total apresentado pelas candidaturas foi de 835000 EUR, 885 227000 EUR. Em relação à aplicadas as fórmulas que estão previstas no ano para o pro média, o cálculo do valor elegível de candidatura, foi aplicado, e chegou-se a um valor de 679000 EUR, depois de aplicadas as fórmulas previstas no promédia. De seguida a é necessário criar uma comissão de análise e acompanhamento das candidaturas a de acordo com o artigo 28 do decreto legislativo regional



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

número 4 /2021/A, 30 de 3/03/2021, é necessário nomear um membro do governo regional. e depois a é necessário também que esta Casa, a Assembleia legislativa, também indique um representante. De seguida quer a delegação regional dos Açores do Sindicato dos Jornalistas quer a Associação de Consumidores da Região Autónoma dos Açores também têm presença e depois são as escolhido 5º elemento pelos, restantes elementos que integram já esta comissão, de análise e acompanhamento das candidaturas ao promédia. Como sabem, propósito deste Governo é melhorar é melhorar e alterar o regime de apoios em vigor, no sentido de o reforçar em ponto de vista dos meios dos meios financeiros ao dispor do deste programa e também garantir uma maior igualdade no acesso à aos órgãos de comunicação social, independentemente dos meios através dos quais operam, ou seja, através da imprensa escrita, radiodifusão ou digital. Neste momento, posso adiantar que vou iniciar, na próxima semana, um conjunto já de rondas junto dos órgãos de comunicação social, vou visitar a totalidade dos órgãos de comunicação social da Região Autónoma dos Açores, todos eles, vou fazer uma visita a todas as a todos, a todos os órgãos de comunicação social e ouvi-los a todos, para que se possa desenhar nos próximos meses, aquele que será o próximo programa de apoio aos média nos Açores. O propósito é esse, é conseguir a com sensualizar uma proposta que permita aumentar de forma muito significativa os apoios. O compromisso do Governo nesta matéria é de duplicar, mais de duplicar os valores que estavam previstos anteriormente, nomeadamente em a em 2023. É este o basicamente o propósito do Governo. e penso que a partir de agora estarei à disposição dos senhores deputados para responder às questões que entenderem colocar.

Pedido de esclarecimentos **Deputado Pedro Pinto** do grupo parlamentar do CDSPP.

Efetivamente, a questão da comunicação social ou do apoio à comunicação social é uma questão central na nossa democracia, porque sem democracia ou sem comunicação social independente e livre, não há democracia plural e participativa e portanto, a bem ou a mal a democracia e a comunicação social estão intimamente correlacionadas uma com a outra nessa matéria. Obviamente que este programa de apoio à comunicação social tem aqui um papel importantíssimo porque é ele também ou através dele, que se garanta a pluralidade e a liberdade na nossa democracia. Sabemos porque é Público e sabemos de contactos de pessoas que conhecemos no meio, no meio da comunicação social que as empresas atravessam grandes dificuldades financeiras. O consumo da comunicação social, sobretudo a escrita os jornais têm vindo a diminuir as pessoas a bem ou mal, estão cada vez mais penduradas nas redes sociais como fonte de informação isto constitui em si também um desafio à comunicação social, que eu vou



apelidar tradicional a mas obviamente que sem ovos e sem farinha não se fazem bolos e, portanto, mesmo que a comunicação social queira, modernizar-se e alterar o modo como está presente na sociedade, indo, por exemplo, para as redes sociais, isso obviamente que envolve avultados investimentos, já para não. levarmos aqui em linha de conta outras questões, como seja o acesso nas redes sociais, é um acesso livre e gratuito e, portanto, alguém tem que pagar o trabalho dos jornalistas e, portanto, isso levar-nos-ia outras considerações sobre o papel, o papel da democracia na garantia de uma comunicação social livre e independente, mas não é esse o objeto desta audição, o objeto é analisarmos o mecanismo legal que temos que se chama pro média e os apoios que estamos a dar. O Senhor Secretário referiu que a breve prazo pretende visitar todos os jornais ou todas as empresas de comunicação social e envolvê-las e desse diálogo conjunto fazer uma nova, uma alteração ao pro média. E, portanto, a questão que lhe coloco é se até a conclusão prevista desse novo para pro média, independentemente do nome que tenha ou que possa vir a ter e até efetivação do dos apoios que venham a resultar desse diálogo, se o que está previsto neste momento se é suficiente para garantir que as empresas se mantêm em laboração.

Sr. Secretário dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Efetivamente é suficiente, como acabei de referenciar, temos um valor elegível das candidaturas na ordem dos 679000 EUR e nós o que temos previsto no programa de apoio à comunicação social são 719000 EUR. Portanto, o que se o que supera o total das candidaturas apresentadas no que diz respeito, pois a aplicação das fórmulas do pro média, portanto, tal valor, 679000 EUR, portanto, temos a verba suficiente para prestar para poder pagar na totalidade as candidaturas que foram apresentadas.

Pedido de esclarecimentos **Deputado Lubélio Mendonça** do grupo parlamentar do PS.

Senhor Secretário, 3 Perguntinhas muito rápidas aqui sobre o gabinete do GaCS, gabinete este em que o governo regional tanto falou que ia extinguir na última legislatura, e as minhas perguntas são se o gabinete do GaCS ainda existe, efetivamente está em funcionamento, se sim, se me pode facultar o número de funcionários que estão afetos a este gabinete e também se nos pode facultar o valor da verba que está orçamentado para o mesmo no plano e orçamento 2024.

Sr. Secretário dos Assuntos Parlamentares e Comunidades



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O senhor Deputado, Lubélio Mendonça, o Gabinete de apoio à Comunicação Social já não existe um., os funcionários que funcionavam no Gabinete de apoio à comunicação Social funcionam no âmbito do gabinete e trabalham, exercem suas funções no âmbito do gabinete da Presidência do Governo e, portanto, a questão não me cabe a mim, não cabe dentro daquelas que são o exercício das minhas funções e, portanto, não é um serviço a que esteja dependente de mim. Nem esses funcionários têm qualquer exerce qualquer tipo de tutela sobre esses funcionários.

Pedido de esclarecimentos **Deputado Lubélio Mendonça** do grupo parlamentar do PS.

Senhor Secretário, se bem entendido disse que o gabinete do GACS já tinha sido extinto, é isso? Fui bastante claro, Senhor Deputado, todos ouviram na sala, pronto, então, a minha pergunta é, como é que continua a sair notícias na comunicação social assinadas pelo gacs.

Secretário dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Como estava a dizer o Gabinete de apoio à Comunicação Social, nos termos em que funcionava no anterior nos anteriores governos do Partido Socialista, Já não funciona. Portanto, em relação à questão que me está a referenciar, não faço ideia do que é que está a falar. Não faço ideia do que é que está a falar em relação a essa matéria, portanto, nós agora em relação ao gabinete, como é Público? Não funciona, foi desarticulado, foi desarticulado após o final dos Governos Partido Socialista.

Pedido de esclarecimentos do **Deputado Paulo Simões** do grupo parlamentar do PSD.

Indo diretamente á questão no passado, percebemos que o promédia abrangeu a alguns eventos que ultrapassavam empresas sediadas na região se este promédias e o promédia que diz que resultará depois das conversas e do périplo que irá fazer pela empresa de comunicação social dos açores se será restrito a empresas com sede nos açores ou se ira admitir a participação a vários títulos de empresas externas á região.

Pedido de esclarecimentos **Deputado Pedro Pinto** do grupo parlamentar do CDSP.

Não querendo antecipar aquilo que possa ser, diálogo e as conversações que existiram entre o Governo e as empresas de comunicação social regionais nem tão pouco aquilo que possa ser o que o Governo neste momento já prevê ou está disposto a que seja o pro média o futuro promédia



ou o programa de apoio que possa, vir a ser reformulado para o futuro e indo de encontro àquela que foi a questão que coloquei anteriormente, a massa salarial, a massa salarial das empresas de comunicação social e temos que ter consciência que a maioria, tirando a empresa que tenha a concessão de serviço Público de rádio e televisão, as restantes empresas são todas entre empresas privadas e muitas das quais espalhadas nas nossas ilhas acabam por ser de pequena dimensão ou muito pequena dimensão, onde a massa salarial e todos os encargos decorrentes da massa salarial da, tem uma elevada componente nos custos operacionais dessas empresas. Eu gostaria e uma vez que o pagamento de salários ou a subsidia de salários, uma pode ser uma discussão filosófica ou política que dividirá os políticos, da esquerda ou da extrema-esquerda à extrema-direita. Eu pergunto-lhe, Senhor Secretário Regional, se está equacionado nos planos do Governo, eventualmente cobrir os custos ou esta componente dos custos, que será uma das mais determinantes no funcionamento das empresas.

Secretário dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Bem em relação à primeira questão do senhor deputado que foi colocada pelo Senhor deputado Paulo Simões a lhe quero transmitir é que, no entendimento do Governo estes apoios devem se devem estar, devem ser dirigidos exclusivamente a empresas da região com sede na região, este é o entendimento do Governo em relação a esta matéria. Em relação à questão do senhor deputado Pedro Pinto, em relação a um apoio á massa salarial dos diversos das diversas empresas de comunicação social, um apoio que esteja que se dirija a esse esforço, da parte das empresas de comunicação social, muito bem, e como se sabe, na legislatura anterior existia uma polémica em relação a esta matéria, verdade é que o propósito não é colocar nenhum trabalhador, nenhum jornalista, ninguém que trabalhe nestas empresas na dependência do Governo, portanto, aqui o que há a ideia que foi o diálogo foi desenvolvido na anterior legislatura o que me foi transmitido é aquilo que eu tive oportunidade de ler, era pretendia sobretudo a projetar apoios para conseguir o vínculo, um vínculo estável dos profissionais., e também valorizar também a existência de trabalhadores qualificados nestas empresas de comunicação social era essas as 2 áreas fundamentais que se pretendia atingir. EU agora, da minha parte, e parte do Governo e neste nesta nestas consultas que vou fazer a todos os órgãos de comunicação social, o que eu pretendo encontrar uma fórmula, que permita de facto um apoio, neste âmbito, ou seja, um apoio à a compensação salarial, mas encontrando mecanismos que afastem qualquer suspeita de controlo por parte por parte do governo, dos trabalhadores ou de que exista qualquer tipo de perigo de os trabalhadores ficarem dependentes destes apoios e, portanto, terem aqui uma espécie de vínculo, uma espécie de tutela, portanto é preciso encontrar um mecanismo para resolver um problema



que é um problema fundamental, que é a conseguir apoiar a existir um apoio à compensação salarial e depois é preciso encontrar um mecanismo de forma a que esta compensação salarial seja de facto efectuada, mas com mecanismos que permitam afastar qualquer dúvida em relação a esta matéria que exista qualquer dependência de qualquer tutela ou qualquer perigo de existir uma dependência do dos órgãos de comunicação social e, principalmente dos seus trabalhadores em relação aos apoios governamentais portanto, temos que encontrar uma fórmula um conjunto de mecanismos de segurança que permitam e que sejam a que sejam, que se consiga aqui um máximo de acordo para que não exista qualquer fantasma a este nível, agora que nós sabemos que este esforço é preciso realizar, é preciso, mas sem polémicas, ou seja, sem nós vamos partir do zero. Quero deixar aqui bem claro que esta é a preocupação que o governo regional tem nesta matéria, mas vamos entrar nesta construção, do novo programa de apoio aos média dos Açores. Vamos mesmo tentar encontrar uma fórmula e um conjunto de mecanismos que permitam apoiar que existam apoio à compensação salarial, que este apoio à compensação salarial que tenha assumido por este Governo e que os governos sucessivos a não levante qualquer género de suspeita, levando qualquer género de fantasma em relação a qualquer tipo de controlo, qualquer tipo de tutela, é preciso afastar isso. Agora é preciso, é ter a consciência que este é um problema real é um problema que tem que resolver, e que nesta matéria, o que é importante é que também exista o máximo de consenso possível, porque a comunicação social, obviamente tem que ser sempre independente e deve ser afastada, qualquer suspeita de dependência dos órgãos de comunicação social em relação ao Estado, ou à região e, portanto, nesse sentido, EU que eu vou pedir a colaboração das várias empresas, a muitos profissionais experientes nesta matéria, de forma a que se chegue de facto a uma fórmula, um conjunto de soluções que nos permitam de facto apoiar. E ter um apoio á massa salarial com estes grandes objetivos, reforçar o vínculo e a estabilidade dos trabalhadores e também de alguma forma, premiar as empresas que têm trabalhadores qualificados e que apostam na qualificação dos seus trabalhadores. Portanto, é este o propósito e eu espero encontrar com todos uma fórmula, que seja aceite e que não levante qualquer tipo de objeção em relação a este assunto.

Pedido de esclarecimentos **Deputado Pedro Pinto** do grupo parlamentar do CDSPP.

Senhor Secretário, muito obrigado pelos esclarecimentos. Ficamos reconfortados por saber que é uma preocupação do Governo, termos uma boa comunicação social e uma comunicação social independente e que a vontade do Governo é encontrar todos os mecanismos que possam estar ao nosso alcance, para garantir isso. Indo de encontro àquela que foi a reflexão do início da minha



intervenção na minha primeira intervenção que é de da constatação de que, os açorianos, que não são diferentes do povo português, não é nem do povo europeu, que consomem cada vez mais informação e não vou classificar nem qualificar a informação através das redes sociais, há aqui uma janela de oportunidade de modernização e de fazer chegar a aquilo que é a comunicação social tradicional, difundida pelos meios tradicionais, que são cada vez menos consumidos e direcioná-los, para onde está o Público que é nas redes sociais e nessa matéria gostaria também de perceber qual é que é a conceção que o governo tem sobre esta matéria e se isto poderá ser equacionável num programa de apoio à comunicação social no sentido de, se é nas redes sociais que estão que as pessoas estão fazer, então chegar às redes sociais a informação de Fontes credíveis e com a informação, obviamente tratada e processada, pelo contraditório de um jornalista.

Secretário dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Bem nesta matéria, aquilo que estava já contemplado na proposta média mais, era o apoio à capacitação dos profissionais da comunicação social, visa a participação em ações ou iniciativas cujo objetivos sejam, os reforços das competências e qualificações necessárias à atividade da informativa relativamente a trabalhadores e prestadores de serviço nas áreas da produção. Edição e difusão dos conteúdos informativos. E depois estava previsto o apoio ao desenvolvimento digital que é isso que o senhor deputado estava a referenciar de forma específica, e aqui o que estava previsto é financiar projetos orientados para um incremento de utilização das plataformas multimédia online designadamente desenvolvimento de redações multimédia. Vou levar este conjunto de propostas que tinha sido consensualizada nesta matéria e vamos ver se as mesmas precisam de atualização, se são outras ideias o se a outros projetos são objeções ao conjunto ao conjunto de apoios que já estavam previstos e a forma como eles seriam depois incrementados, e é isso que é que é preciso que é preciso saber. Em relação às redes. em relação à comunicação social e às redes que entretanto, nós temos na Internet,

tudo isso bom, aí nós temos que distinguir entre uma informação que é uma informação responsável produzida por jornalistas que é fidedigna que está é uma informação que é confiável do que e distingui-lo bem e deixar essa fronteira bem marcada em relação àquela que é a que a opinião de um comentador, opinião de um conjunto de profissionais das diversas áreas ou de especialistas, que é muito diferente da informação produzida por um jornalista. E Hoje em dia, que nós vemos é não só nas redes sociais, mas também nas televisões que constantemente é já aqui uma tentativa de diluir esta fronteira entre aquele que é o jornalismo e aquilo que é o



comentário ou aquela que é uma análise de um determinado especialista, portanto não, eu penso que aqui tem que existir a preocupação de por parte do Governo, existe esse, com certeza, esse propósito de diferenciar bem a aquilo que é de facto jornalismo e daquilo que é comentário ou análise técnica ou outra diversa natureza, ou debate político, agora eles entrecruzam se já, às vezes no mesmo espaço, num mesmo espaço de debate, quer nas plataformas online, quer também nas televisões. Já está um jornalista que está a exercer, está a exercer as suas funções, que estão reguladas e ao mesmo tempo temos também um comentador que está a participar no debate já sem ter esse tipo de condicionamento aqui que fazer um esforço de manter bem as fronteiras e depois temos outros intervenientes com diferentes naturezas e alguns até natureza política e partidária. Portanto, eu penso que há apoios que têm que ser com sensualizado e que se pretendem com sensualizar nos próximos meses, para diferenciar bem o que é que se apoia, o que nós apoiamos é o jornalismo, as empresas de comunicação social que exercem essa tarefa, que é essencial para a democracia, que é um jornalismo sério, isento e isso é imprescindível. Aquilo que está em causa é um apoio aos média e o exercício de funções que eles fazem no âmbito daquela que é a sua função e no âmbito dos códigos de ética que têm . Foi feito um foi feito um levantamento em relação às profissões mais fiáveis, mais confiáveis por parte da população e o jornalismo era uma delas e penso que tem de continuar a ser assim, o que nos percebemos é que existem estrangimentos financeiros muito grades percebemos é que há existem estrangimentos financeiros muito grandes e é evidente que é fácil vir aqui fazer um discurso de defesa da comunicação social e do jornalismo e não ter a consciência que pare que ele se faça na nossa sociedade é necessário um apoio maior muito maior. Por isso é que nós estamos a prever a duplicação das verbas disponíveis para a comunicação social. É precisamente para responder aos desafios que a comunicação social enfrenta não só o aumento dos custos de produção, que alguns são estruturais e outros são meramente conjunturais que têm a ver com a situação Internacional, mas , portanto, mas e outros são estruturais, mas tem a ver, de facto, com aumento dos custos de produção e outra matéria e também uma concorrência, digamos assim, de absolutamente desleal, que é um conjunto de informação que chega, mas que não é informação jornalística, mas aqueles que produzam tentam criar a percepção no público de que é a mesma coisa e não é a mesma coisa, e é num conjunto de apoios no programa que vamos criar.

[DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO, DISPONÍVEL EM \[Parlamento online - Audição do Secretário Regional da Agricultura e Alimentação - Propostas de Orientações a Médio Prazo, do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2024 \\(alra.pt\\)\]\(#\)](#)



No âmbito do programa 7 e no âmbito das políticas de agro sustentabilidade ambiental, nós teremos 3 orientações, uma orientação do âmbito da agro-economia, uma orientação no âmbito do ordenamento do território e uma orientação no âmbito do bem-estar animal.

No âmbito do programa 7, as temáticas objetivas para a sustentabilidade ambiental. O programa 7.2.1, agro-ambiente, clima e agricultura biológica, no âmbito do PEPAC, que sofre um aumento de 15% relativamente a 2023, mais 1,8 milhões de euros, o que corresponde a cerca de 14 milhões de euros disponíveis para medidas, como extensificação pecuária animal, a agricultura biológica, as sebes vivas, as raças autóctones, os pomares tradicionais a vinha e, portanto, um conjunto de práticas ambientais, mas também de sustentabilidade produtiva, que permitem utilizar o solo e utilizar a forma como se faz operacionalização da agricultura num âmbito mais agro-sustentável.

A ação 7.2.8, que é uma candidatura à economia circular da agricultura, algo que fazia falta nos Açores. Vamo-nos candidatar a um projeto LIFE, uma candidatura. no valor de 28 milhões de euros, que irá permitir de desde a produção até ao desperdício, tentar encontra novas oportunidades de negócio naquilo que são os desperdícios, de maneira que esses mesmos desperdícios voltem a ser outra vez matéria-prima para elaboração de novos produtos.

A ação 7.2.9. é o apoio ao rendimento e resiliência da atividade agrícola, em complementar com a 7.2.1, que permite, por um lado, reconhecer a multifuncionalidade do produtor de alimentos nos Açores, em conjugação com aquilo que são práticas restritivas desta mesma prática agrícola, com um aumento de 30% na dotação financeira, comparativamente a 2023, mais 4,6 milhões de euros, o que perfaz 20,1 milhões de euros disponíveis para o apoio ao rendimento e à resiliência da atividade agrícola.

Ações que vêm de 2021 a 7.2.7 a 7.2.17, o Geobio Ocidental e o Geobio Graciosa, que são ações muito direcionadas para a formação, experimentação e capacitação dos consumidores, alertando, sensibilizando para a necessidade de consumir produtos com mais naturalidade.

A ação 7.2.6, o sustentAgro que permite uma transição ecológica da agricultura, que é um apoio à existência de pastagens biodiversas. Desde 2022, temos mais de 800ha beneficiados, o que permite ao agricultor ter um apoio de 50% daquilo que são a aquisição de sementes de leguminosas. Esta é uma ação para continuar, em 2025 com uma nova abordagem e força para que tenhamos pastagens nos Açores com a componente alimentar, em termos energéticos, melhor nas explorações que assim o desejarem.

A ação 7.2.30, 7.2.22, 7.2.23, 7.2.25, 7.2.26, 7.2.28 são, de facto ações muito específicas de ilha, mas são ações que permitem uma caracterização e uma recuperação daquilo que são produções agroalimentares tradicionais que são culturas de combate a alterações climáticas. Culturas ajustadas ao clima de várias centenas de anos, exemplos em concreto, caracterização das variedades produtivas vegetais regionais, experimentação de leguminosas da Ilha Graciosa,



diversidade produtiva das fajãs de São Jorge, proteção e classificação e promoção olivais e da azeitona de Porto Martins, candidatura do queijo de São Jorge a património imaterial da UNESCO, incentivo à produção da cultura da figueira na Ilha do Pico. O plano permite recuperar um conjunto de culturas, ajustáveis ao meio natural e ao clima.

A ação 7.1.24. no regime de apoio à reestruturação das empresas no qual entraram 332 candidaturas e que permite uma transição verde, digital âmbito do PRR permite também uma bio economia.

Passando às questões do bem-estar animal, a 7.2.4. esta ação sofre um incremento de 132% relativamente a 2023. A 7.2.32 é um programa que foi iniciado do ano transato, um programa de identificação e esterilização de animais de companhia em conjugação com osCRO's e com as câmaras municipais, chamando todos a responsabilidade para esta temática de respeito naquilo que são os animais de companhia e daquilo que são os animais errantes. A ação 7.2.3 no melhoramento genético e bem-estar animal, onde se encontra a implementação do selo do bem-estar animal. Conseguimos um protocolo em junho de 2022 que permite reconhecer a nossa especificidade naquele que é o relacionamento humano com os animais de produção. É um protocolo Internacional. Estamos habilitados no âmbito deste protocolo Internacional a atribuir o selo. Têm sido realizadas ações de formação para auditores neste âmbito do bem-estar animal.

A ação 7.1.12 - infraestruturas de apoio à segurança alimentar e saúde animal, que tem haver com o laboratório de veterinária e a aquisição de equipamentos, com um aumento de 76% relativamente a 2023. Considero que isto tem muito de ambiental, de segurança, daquilo que são os nossos produtos resultantes de uma agro produção muito mais natural. Das infraestruturas coletivas de apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural, que tem a ver com os parques de bem-estar animal em todas as ilhas.

A ação 7.2.5, sanidade vegetal e proteção das culturas. A ação 7.2.24, acompanhamento, monitorização e controle de pragas agrícolas. A ação 7.2.2 da segurança alimentar e sanidade animal e todas essas ações no âmbito da segurança alimentar bem-estar animal sofre um incremento de 13% relativamente a 2023.

Relativamente também às medidas florestais é importante porque quando se fala de ordenamento de território, fala-se da fixação de carbono, Fala-se de elementos vivos que ficção este carbono e, portanto, as medidas florestais de desenvolvimento rural têm um incremento de 5% relativamente a 2023. Em especial daquilo que são as candidaturas aos privados à florestação de terras agrícolas e à existência de cortinas de abrigo, que é uma aposta nesta legislatura, para que possamos ter uma plurirrendimento das explorações no futuro, que tem a ver com o mercado do carbono e com obtenção de créditos de carbono e, portanto, mais um rendimento da exploração.



Pois é 7.2.12 a 7.2.13 a 7.2.14 a 7.2.18, 7.2.19, 7.2.20 e a 7.2.21 todas essas ações relacionadas com as florestas têm um incremento de 9% relativamente a 2023.

Finalmente, a questão do ordenamento do território, estão em revisão os POC. Foram publicados os da Ilha Terceira e São Jorge, está a aguardar para o Conselho de Governo o POC de São Miguel e encontra-se em procedimento concursal, para avaliação, o POC de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo, que será lançado ainda este ano, assim como também do Pico e do Faial, que também se prevê o lançamento do concurso Internacional.

Pedido de esclarecimento, **Deputada Patricia Miranda** do Grupo Parlamentar do PS.

Quem está ligado à agricultura e aos trabalhos de campo percebe claramente que o aumento do número de pragas tem sido visível, ratos e não só, com elevados prejuízos nas nossas culturas e graves consequências quer económicas, quer ambientais, quer na própria biodiversidade e principalmente, na saúde animal e na saúde pública, como é o caso da leptospirose. Os agricultores têm feito aquilo que lhe pedem aquilo que lhes compete para minimizar os estragos nas suas culturas e para controlar essas populações. Resta saber é se o Governo, dentro das suas competências, está a fazer aquilo que lhe compete. A Federação Agrícola acha que não, aliás, acusa mesmo o Governo de falta de estratégia no controle das pragas. Desde 2022 que o Governo reconhece que esta situação é um problema e reconhece os prejuízos avultados aos agricultores, dizia o ano passado, em Agosto, que teria no final do mês operacionalizado o plano de combate às pragas. Estamos a entrar numa altura das sementeiras, altura crucial para os agricultores, com elevados custos, num especial contexto, com todos os aumentos nos custos de produção e o baixo preço pago à produção e o aumento destes animais (ratos) nos campos é mais um entrave ao sucesso da agricultura, mais um custo acrescido e mais uma dificuldade para os nossos agricultores ultrapassarem

O que é factual é os prejuízos têm vindo a acontecer, as perdas foram visíveis e mais se estima que venham a acontecer, Por exemplo, os agricultores da Graciosa manifestavam especial preocupação com a falta de campanhas de desratização na ilha, infelizmente é transversal a todas as ilhas e assim, gostaria de perguntar ao Senhor Secretário se o plano de controlo de pragas anunciado no ano passado está pronto. Quando é que vai ser implementado e se o Governo vai compensar os agricultores por estas perdas?

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

No Plano para 2024, que foi chumbado neste Parlamento pelo PS, havia uma ação nova – pragas agrícolas – no valor de 200 mil euros. Há um plano pronto para implementar, mas não temos cabimentação orçamental, sem a aprovação deste Plano atual, se há aqui uma responsabilidade de atuação tem muito a ver com quem chumbou o Plano e Orçamento para 2024, que permitiu que estivéssemos, infelizmente, nesse marasmo quase até junho de 2024, sem cabimentação para usar para muitas ações e esta é uma delas. Volta a estar neste Plano uma ação regional nova, para além daquelas que se faz da compra de rodenticida e de formação, que são as pragas agrícolas. Se este Plano e Orçamento for aprovado, vamos executar aquilo que a ação correspondente às pragas agrícolas temos o plano pronto não temos é cabimentação e essa responsabilidade é de quem chumba o orçamento.

Adiantou que se deve falar quando efetivamente se faz melhor, quando não se faz melhor as críticas “caem por terra”, passou a apresentar dados relativos a rodenticidas distribuídas nas ilhas em 2018, distribui-se 18.5 toneladas, em 2022 cerca de 70 toneladas em 2019, 49 toneladas, em 2023, ser de cerca de 70 t. Ou seja, não é pela falta de disponibilidade de rodenticidas. Temos distribuído muito mais. Na questão das ações de formação realizadas em 2018, realizou 73 ações relativamente ao controle integrado de roedores, 2019, 94 ações, 2020 44 ações. Em 2021, 73, 2022 realizou-se 123 ações e, portanto, nós temos feito até em termos de formação muito mais ações. Temos distribuído mais rodenticida, temos feito mais ações de formação e temos um plano para pôr em execução desde que o Plano e Orçamento seja aprovado e, portanto, há aqui uma preocupação relativamente a algumas pragas. Não tem haver só com os ratos, as rolas e o melro preto também. Há aqui um conjunto de animais que estão a trazer prejuízos económicos, ambientais e prejuízos para a saúde humana. A Secretaria Regional, as associações e os produtores de alimentos também têm essa preocupação. Neste momento falta os instrumentos para atuar. Como é uma ação nova que não foi realizada em 2003 precisamos de cabimentação, mas isso não invalida que que não estejamos a distribuir mais rodenticida do que nos anos anteriores. É uma prática normal em que a distribuição difere da ilha para ilha, algumas ilhas são as juntas de freguesia, outras ilhas são os serviços de desenvolvimento agrário. Todos temos responsabilidade nesta mesma aplicação, o que acontece por vezes é que há um produtor que aplica e outros produtores que não aplicam e isto põe por terra toda a estratégia de combate aos ratos, isso é fundamental, por isso é que nós também, no âmbito do PRR, vamos aumentar a formação no controlo, exigir os planos de controlo e a aplicação desses planos e condicionar aos apoios comunitários a apresentação destes planos. Há uma responsabilidade, tem de ser partilhada por todos, porque obviamente o maior prejuízo é o da saúde humana.

Pedido de esclarecimentos **Deputada Patrícia Miranda** do grupo parlamentar do PS.



A desculpa para a inércia e falta de ação deste Governo sobre práticas que não dizem respeito diretamente à aprovação de Plano se centre no Partido Socialista. A culpa do orçamento ser chumbado não foi do Partido Socialista. foi inteiramente deste Governo que não teve a capacidade de fazer prevalecer aqueles que eram os acordos de incidência parlamentar que tinham os seus parceiros.

Lamenta que o controlo de pragas, se faça exclusivamente, porque praticamente só frisou essa parte, na distribuição de rodenticida. O controlo de pragas vai muito mais além do que a distribuição de rodenticida, são práticas amplas, passam por muitas outras medidas que não precisam da aprovação de um plano.

O Secretário já em 2022 manifestava esta preocupação, depois passa 2023 e em 2024 diz que era porque o Plano em 2023 foi chumbado passando para 2024. Não se coaduna com as necessidades que os agricultores estão a sentir e com os prejuízos que isso coloca nos agricultores e os riscos que acarreta para a segurança pública. Lamento que só se tenha centrado na distribuição de rodenticida e a responsabilidade é única e inteiramente deste Governo, porque não foi capaz de manter aquelas que eram as suas responsabilidades de manter os acordos de incidência parlamentar. E, portanto, concluiu a dizer que nesta matéria, Senhor Secretário, não ficamos esclarecidos e os agricultores muito menos.

Relembrando que fez mais uma questão à qual o seu Secretário não respondeu que é se irá compensar os agricultores pelos prejuízos já cometidos em 2023 e que aqueles que se avizinha agora porque as pragas continuam nas nossas terras.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação

O PS com o seu número de deputados foi determinante para o chumbo do Plano e Orçamento. Um Plano e Orçamento que foi validado pelos Açorianos. Tínhamos razão naquilo que era o Plano e Orçamento para 2024, o PS ao chumbar o Plano e Orçamento para 2024 atrasou a execução de ações novas. Desde logo a questão das pragas agrícolas que têm um orçamento no valor de 200 mil euros.

Achamos que a distribuição de rodenticida e de formação é essencial e questiono o que é que os governos do PS fizeram mais do que isso. Temos um plano para executar que tem ligação com a saúde e educação, mas que é necessária verba para executar. Vivemos numa situação política atípica nos Açores em 50 anos de democracia porque temos um Plano e Orçamento a ser discutido a meio do ano.



Respondendo à outra questão da Deputada, adiantou que nunca viu nenhum Governo PS a compensar os agricultores pelos danos provocados pelas pragas. Nós sim. Estamos a recolher aquilo que são os prejuízos, os agricultores estão-se dirigir aos serviços de desenvolvimento Agrário e estamos a fazer visitas técnicas de recolha destes prejuízos económicos para depois se enquadrar naquilo que poderá ser um eventual apoio, de acordo com os nossos recursos e as nossas possibilidades, porque, contrariamente àquilo que por vezes os deputados PS exigem, que é mais, é preciso saber onde é que está o mais, onde é que se corta, porque, de facto, a criou-se uma ilusão que a Região era rica, não nós vivemos foi com o dinheiro da banca. Nós não vivemos com recursos próprios e essa ilusão que foi criada, está-nos a levar a constrangimentos diários mensais e anuais. O plano para agricultura este ano apesar disso, relativamente a 2023, sobe 13%, sobe cerca 11,3 milhões de euros para ir de encontro àquilo que são as necessidades dos produtores de alimento, dos ativos da ruralidade, aos instrumentos de capacitação e de intervenção em todo o território dos Açores, porque 90% do território é obviamente um território agroflorestal, 60% ocupado com pastagem, 30% ocupado com a floresta. Tem de passar por mais formação e responsabilização dos atores.

Trata-se de ter uma maior eficiência e eficácia sobre os recursos que temos. Falta interligação das várias áreas da governação, saúde e educação. Área de responsabilização dos intervenientes, institucionais e privados.

Pedido de esclarecimento, **Deputado José Sousa** do Grupo Parlamentar do Chega.

Na ação 7.3.13 e eu gostava que o senhor Secretário explicasse o que vão fazer com 50 mil euros no caminho do Rochão do Junco. Em breve tempo estará intransitável e vai prejudicar tanto o setor agrícola e do turismo. Denotando-se uma diminuição de verbas de ano para ano.

Secretário da agricultura e Alimentação

Não é no âmbito do ambiente, mas poderei responder. Já foi realizado o projeto da intervenção e os 50 mil euros é o montante necessário para a comparticipação de fundos comunitários. É a nossa percentagem para que se realize o caminho. Negociamos agora um novo quadro comunitário de apoio, que é o plano estratégico da política agrícola comum. Este quadro é da nossa responsabilidade, utilização dos novos fundos comunitários. O Prorural+ já foi uma responsabilidade dos anteriores governos do PS e neste quadro comunitário de apoio, nós conseguimos uma taxa de comparticipação de quase 100% para intervenções em caminhos agrícolas. Ainda não temos o modelo de análise, é isso por responsabilidade do Governo da



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

República. Agora passa também a ser dessa responsabilidade deste Governo da República. Estamos há 1 ano e meio à espera de um modelo de análise. Não há candidaturas a nível nacional, nem nos Açores nem na Madeira, porque estamos há 1 ano e meio à espera de um modelo de análise para poder abrir os avisos. No caso também das candidaturas de comparticipação dos caminhos rurais, agrícolas e florestais.

Havia 3 programas operacionais, não foi responsabilidade do Governo da República, mas sim pela Comissão Europeia, obrigou a que centralizasse num único programa operacional e tivemos de terminar com o nosso modelo de análise, agora é responsabilidade do Governo da República desde há 1 ano e meio que nós não temos modelo de análise que nunca nos foi enviado, apesar das nossas reivindicações e passa a ser agora de deste Governo da República também aquilo que é necessário modelo informático para que possamos receber as candidaturas e analisar as candidaturas. Concluindo afirmou que 50 mil euros é mais que suficiente para a realização do caminho porque é a nossa comparticipação regional.

Pedido de esclarecimento, **Deputada Ana Jorge** do Grupo Parlamentar do PSD.

Questionou se a resposta atrás se aplicava igualmente aos caminhos agrícolas do Pico. Acrescentou que é virtuoso encararmos o mundo rural e a atividade agrícola, e não só as atividades do mundo rural naquilo que é um novo olhar para os agricultores, que certamente terá também terá que ser compensado do ponto de vista financeiro, como aliados na sua prática, como protetores da natureza, conservando os recursos naturais, os solos, a água, o ar, a biodiversidade, sendo até agentes contrários às alterações climáticas e aliados naquilo que é o grande desígnio do mundo de hoje, que é combater as alterações, as alterações climáticas.

Solicita que o Secretário Regional pudesse dar ênfase ao valor, àquilo que é a verba alocada a esta dimensão daquilo que é a economia rural e a produção de alimentos, ou seja, já não se produz como no passado, quer se produzir de forma amiga do ambiente até procurando aquilo que eram formas ancestrais e hoje reconhecidas, como eventualmente muito mais a adaptadas às alterações climáticas e, portanto, é pedagógico aquilo que se está a fazer e eu gostava que dentro daquilo que é a descrição por projeto e objetivo o Senhor Secretário fizesse essa condensação e identificar aquilo que é realmente a importância dos agricultores, para o ambiente, e para o desenvolvimento sustentável e para o que é grande desígnio enquanto território que é a manutenção do nosso património que tem valoração truística e para acima de tudo para as nossas gerações vindouras.

Secretário da agricultura e Alimentação



Antes de mais se referiu os caminhos agrícolas no caso do Pico informou que à uma ação própria que é a 7.3.10 com um montante, que é a nossa comparticipação, dizer-vos que a ilha do Pico apresenta a uma degradação em caminhos muito elevada, são mais de 400 km de rede viária florestal que estão em degradação e que não tiveram qualquer manutenção, ou a uma manutenção muito pontual e que levou a um estado de degradação elevado. Mas mesmo assim, para não se dizer que não se tem investido em caminhos, quando comparamos, por exemplo, aquilo que são os investimentos da IROA relativamente a 2020 a 2022 no ano 2023 há um aumento da IROA de 29%

Apesar de nós termos vindo a terminar com aquilo que são os cortes ou os apoios comunitários que levam um esforço do orçamento regional, chamados rateios, que antes existiam e que deixaram de existir com a nossa governação, quer na legislatura anterior quer nesta que é um compromisso. Aumentam de 2022 para 2023, 6% e são neste momento 13,5 milhões de euros, isso não impediu que se fizesse mais investimento também a nível estrutural, água, caminhos e eletrificação, para além do que é o apoio social que aumentou 77% quando comparando triénios 2018/2020 2021/2023 e, portanto, tem-se feito com grande esforço, apesar do esforço do orçamento regional em eliminar os cortes, os rateios que por vezes atingiam 50%.

Há um misto de ações, não só dessa Secretaria, mas todos os departamentos do Governo que cruzam aquilo que tem que ser a sustentabilidade, do território, da produção alimentar e a sustentabilidade naquilo que é a utilização do solo, essas mesmas 3 ações estão muito presentes nos documentos estratégicos do Governo que são apresentados para 2024 e que já tinham sido apresentados o ano passado.

Por exemplo, a extensificação pecuária é uma medida que tem vindo a aumentar nos Açores permite uma menor carga animal por área, ou seja, o encabeçamento normal de animal por hectare tem vindo a diminuir em muitas explorações. Perante esta tendência de diminuição de carga animal é necessário disponibilizar mais fundos comunitários e fundos próprios. Temos de disponibilizar os nossos 15% das medidas e utilizando aquilo que é o quadro comunitário, por isso, é que nós aumentámos a ação em 1,8 milhões de euros. As candidaturas à agricultura biológica estiveram fechadas, 2018 a 2020. Ninguém se podia candidatar a medidas no âmbito da agricultura biológica. Quando abrimos as candidaturas, a área biológica passou de 1000 para 4000, foram cerca de 3000 hectares que passaram a beneficiar no âmbito da agricultura biológica, os produtores aumentaram mais de 200%. As candidaturas para as sebes vivas, pomares tradicionais e vinha também estiveram fechadas de 2018 a 2020 anos. Abriram todas estas medidas. Fala-se muito em sustentabilidade e agro sustentabilidade, obviamente que isto tem de passar das palavras à ação e a ação é simplesmente na compensação dessa multifuncionalidade do agricultor.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O agricultor é um produtor de alimentos e as práticas de sustentabilidade ambientais devem ser compensadas também por todos nós. Por isto esta vertente de naturalidade e nós estamos a ser reconhecidos e a nível nacional e a nível mundial como uma Região de sustentabilidade. Tudo o que produzimos deriva de um solo que é protegido, que é acompanhado pelo protocolo que temos com a Universidade dos Açores que faz análises à terra. São cerca de 2000 análises de terra que já foram feitas num ano que permite ao agricultor, sendo ele mesmo que percebe com maior eficácia na utilização de macro elementos e de micro elementos no solo, permite uma melhor utilização daquilo que são as culturas e essa melhor utilização das culturas permite uma melhor otimização do rendimento. Os nossos agricultores têm formação, têm a consciência da sustentabilidade e tudo isso se reflete numa maior independência alimentar, humana e animal do exterior.

Neste momento batemos um novo recorde na produção de milho forrageiro, são 14 000 ha e todos os anos temos vindo aumentar, +12%, por exemplo, que em 2018. É um caminho que orgulha enquanto Açorianos, implica menos importância, com todos os custos ambientais que representa. No âmbito da alimentação animal, produzimos mais fruta, legumes, temos mais empresas de transformação. Há uma progressividade agroalimentar de produção local. Uma das nossas orientações e objetivos é sermos progressivamente mais autossuficientes.

Pedido de esclarecimento, **Deputada Joana Pombo Tavares** do Grupo Parlamentar do PS.

Tenho uma questão, uma vez que transitou para si o ordenamento do território e para uma melhor análise também do documento, gostaria que fosse um pouco mais claro naquilo que passa a ser as funções da Secretaria da Agricultura e Alimentação no que diz respeito ao ordenamento do território.

Secretário da agricultura e Alimentação

Efetivamente as questões não se prendem só com o POC mas também com o PROTA e também com as questões do PDM e com as reservas agrícolas. Relativamente às questões do PDM as Câmaras Municipais têm até finais de 2025 para a sua revisão. Ao Governo o que lhe compete é dar parecer. Neste momento a única Câmara Municipal que poderá ter o seu PDM aprovado é Vila do Porto. Temos até ao dia 7 de Maio para emitir parecer e no dia 14 e 15 reúne-se a comissão de acompanhamento relativamente ao PDM. Relativamente à reserva ecológica a única Câmara Municipal que enviou a sua intenção, no dia 29 de abril, foi a de Angra do Heroísmo e temos 20 dias úteis para dar parecer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Secretário Regional finalizou a sua intervenção a informar que vai iniciar um projeto que tem haver com a adaptação do regime jurídico da reserva ecológica nacional. Relembrando, novamente, as áreas que orienta e decide – PROTA, POC, Reserva Ecológica, Reserva Ecológica Nacional e PDM.

[DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS, DISPONÍVEL EM Parlamento online - Audição da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas - Propostas de Orientações a Médio Prazo, do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2024 \(alra.pt\)](#)

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas iniciou a sua intervenção referindo, no que diz respeito à eficiência energética, que o Governo dos Açores.

A proposta de Plano Regional Anual para 2024 que está hoje em análise, no domínio da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, é o primeiro do XIV Governo dos Açores, mas fundamenta-se, de forma inequívoca, num exercício de continuidade, consistência e coerência.

Mantém, por isso, a linhas-mestras e a estrutura da proposta de investimento que apresentámos em novembro de 2023, que poderia já estar hoje em plena execução e com resultados produtivos diretos no nosso desenvolvimento e na nossa economia.

Em matéria de sustentabilidade, o exemplo da Região Autónoma dos Açores é amplamente reconhecido, impondo-nos a responsabilidade de promover um futuro alinhado com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, princípio que continuamos a honrar de forma comprometida.

Porém, o nosso compromisso não se esgota aqui, pois mantemos a ambição de continuar a liderar, com prova concreta, o processo de transição energética e de descarbonização da economia.

A execução do Programa de Recuperação e Resiliência mantém-se, por isso, absolutamente prioritária, corporizando projetos de incremento de produção de energia elétrica a partir de fontes alternativas e de aumento da capacidade de armazenamento da energia produzida.

Para lá dos 321 milhões de euros explícitos neste Plano, temos, ainda, a considerar os 25 milhões de euros a investir pela Atlanticoline na aquisição de dois novos navios elétricos, que marcarão o início de um novo paradigma de mobilidade descarbonizada nos Açores.

A transição energética é tão necessária quanto urgente! As imposições da Comissão Europeia, através do Pacto Ecológico Europeu e do pacote Fit for 55, bem como os recentes efeitos da crise



energética internacional compõem-nos a investir, sem reservas, na preparação do sistema socioeconómico da Região para um futuro com menor dependência energética do exterior.

A dimensão do nosso sucesso nesta missão estará diretamente dependente da capacidade de aproveitamento dos recursos à nossa disposição, como o PRR ou o PO AÇORES 2030, algo que foi afetado pela crise política regional provocada em novembro de 2023.

É, assim, fundamental dar continuidade ao processo que estava a ser conduzido e recuperar o ritmo de execução, visando promover a segurança de abastecimento, a redução de custo com energia e a redução das emissões de gases de efeito de estufa nos Açores, em linha com a Estratégia Açoriana para a Energia 2030.

No que se refere em concreto ao investimento no setor da ENERGIA, perspetivamos um total de 35,9 milhões de euros, integrando apenas pequenos ajustamentos de circunstância face àquilo que já havíamos proposto.

Para a eficiência energética e energias renováveis [9.1], a execução do PRR é prioritária e dominante, visando o objetivo de descarbonização da economia, nomeadamente com a intensificação da execução do SOLENERGE e a consequente aposta na produção de energia para autoconsumo através de fontes de energia renováveis.

Neste particular, importa destacar que o SOLENERGE, um dos melhores sistemas de incentivos criados nos Açores, tem superado todos os marcos e metas do PRR e já apresenta mais de 68% de incentivo aprovado, quando ainda faltam quase dois anos para o seu término.

Acrescenta-se, ainda, os investimentos da EDA e da EDA Renováveis, também no âmbito do PRR, visando o aumento da capacidade instalada para exploração da energia geotérmica, novos sistemas de armazenamento de energia elétrica e o projeto Corvo Renovável.

Como forma de apoio e estímulo às empresas e às famílias, estas prioridades serão complementadas com a execução do PROENERGIA, quer através do aproveitamento dos recursos do RePowerEU, quer através do PO AÇORES 2030, com a criação de novos e melhorados incentivos para a aquisição, produção e armazenamento de energia a partir de fontes renováveis.

Ao nível dos serviços energéticos [9.2], continuaremos a assegurar os encargos relativos à iluminação pública, já sem o peso do acordo de dívida que o Governo do Partido Socialista estabeleceu com a EDA, e que já está integralmente pago.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Será, ainda, prosseguido o trabalho de modernização e desmaterialização dos serviços, procurando assegurar um crescendo de qualidade no serviço prestado ao cidadão e a agilização e desburocratização de processos de licenciamento e incentivos.

Estamos a promover, igualmente, de forma bastante consolidada, a mobilidade elétrica [9.3], visando a intensificação do seu contributo para a descarbonização da economia e para a transição energética nos transportes terrestres, investindo, ainda, na divulgação e na sensibilização ativa da população para opções de consumo cada vez mais conscientes e alinhadas com a mobilidade suave.

Neste âmbito, destaco, particularmente, o alargamento do âmbito do sistema de incentivos à aquisição de veículos elétricos e pontos de carregamento passando a incluir empresas de táxi e rent-a-car, o que demonstra o nosso firme compromisso com a sustentabilidade e a eficiência no setor dos transportes.

Este apoio aos táxis será ainda reforçado através de um incentivo específico, a estruturar pela Direção Regional da Mobilidade, visando a descarbonização da frota deste tipo de transporte.

Em matéria de política energética [9.4], continuaremos a combater a pobreza energética, através da criação de um vale de eficiência energética, e a investir na participação em projetos nacionais e europeus, criando sinergias, consolidando redes de contactos e explorando soluções inovadoras que facilitem a transição energética e novas respostas de longo prazo para o futuro do setor energético nos Açores.

Não posso deixar de mencionar as iniciativas que estão a ser desenvolvidas no âmbito do projeto LIFE IP Climaz, nomeadamente a finalização da campanha de atribuição gratuita de termoacumuladores na Graciosa, com as respetivas montagens.

A premência da transição energética, do combate às alterações climáticas e do investimento estrutural em políticas de descarbonização da economia não é apenas uma resposta aos desafios da atual conjuntura; é, sim, uma assunção da responsabilidade na construção de um futuro sustentável e próspero para a população das nove ilhas dos Açores – o primeiro arquipélago no mundo certificado como «Destino Sustentável», já com o objetivo de atingir o Nível Ouro este ano de 2024.

Pedido de esclarecimento **Deputada Joana Pombo Tavares** do grupo parlamentar doPS.

Senhora Secretária muito boa tarde e obrigada pela explicação inicial. Eu teria algumas perguntas



que seguem surgem no seguimento daquilo que considerou inicialmente. Primeiro e referindo á EDA e á EDA renováveis e já o que tinha sido as suas declarações no plano e orçamento em Novembro, a questionava se as metas de investimento da EDA e da EDA renováveis se estão a ser atingidas conforme o previsto primeiro e atingidas conforme o previsto, conforme aquilo que foram estabelecidas até ao momento e se existe algum constrangimento nestas metas de investimento, relativamente também ao PRONERGIA em novembro, a referiu que estava estavam a ser criados e a ser criados melhoramentos nos incentivos da aquisição a no âmbito da produção, armazenamento de energia e de Fontes renováveis, questionava, se mantém esta este melhoramento na aquisição do PROENERGIA e já agora, em que ponto é que nos encontramos. Entretanto, já referiu que para o SOLENERGE, incentivos aprovados, se consta 61%, gostaria que me pudesses esclarecer que valores corresponde em termos de valores já aprovado a quantos é que se tem informação já ou se nos poderá fazer chegar à Comissão, quantos e que se encontram por aprovar e qual é o valor que corresponde a esses a esses processos que se encontram por aprovar? E qual é o prazo que está a ser estabelecido de pagamento destas das candidaturas do Solenerge? isto porque consideramos que, sem dúvida, sendo uma verba do PRR, é algo que pode estar em dia, pode estar a ser cumprido e que consideramos que é necessário este esclarecimento, por parte da Secretaria.

Secretária Regional do turismo Mobilidade e Infraestruturas

Senhora Deputada Joana Pombo Tavares relativamente à execução do PRR por parte da e da renováveis, efetivamente nós não temos conhecimento de qualquer tipo de constrangimento, portanto a EDA é uma grande empresa com muitos recursos, com muitos técnicos com felizmente muito know-how e está a executar os seus investimentos de acordo com aquilo que é o seu plano e nesse aspeto não tenho. Não temos nota de qualquer constrangimento, se houvesse, com certeza que não seríamos conhecimento. Em relação às outras questões que coloca e que são da responsabilidade direta da Secretaria Regional e mais concretamente da direção regional da energia devo dizer que em relação ao PROENERGIA como sabe ouve uma majoração dos sistemas de armazenamento para poder complementar as candidaturas feitas ao abrigo do solenerge e portanto isso está em plena execução e sem qualquer tipo de constrangimentos novos instrumentos não necessariamente novos melhoramentos do PROENERGIA mas novos sistemas de apoio ao abrogo do PO 2030 esses sim estão a ser ainda aflorados porque nos não temos ainda os dados todos da união europeia em termos de regulamento para podermos avançar com mais com a criação de um novo sistema de incentivos ao abrigo do Po Açores 2030. Mas estamos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

atentos e a acompanhar os desenvolvimentos ao nível da unidade de gestão nacional e ao nível da União Europeia. Em relação ao solenerge, eu referi e talvez por uma questão de dicção, e eu também tive a preocupação de ser rápida na intervenção inicial para não estar a tirar muito tempo para o debate. São 68 mais de 68%, portanto, quase 70% que nós temos executado. Aprovado. Já ao Abrigo do solenerge corresponde a 13000000 de euros. Respondendo concretamente à questão que levanta dos pagamentos, eu devo dizer e talvez não tenham ainda tido oportunidade de recuperar ou talvez sim, há uma proposta de alteração no Decreto Legislativo que aprova o orçamento, precisamente para alterar os plafonds do solenerge, porque neste momento nós já atingimos o plafond anual. Os planos anuais que estavam previstos para execução do Solenerge. Portanto, neste momento nós estamos limitados, aos plafonds dos que já foram atingidos e constam do decreto que criou o SOLENERGE e como o decreto legislativo só pode ser alterado por outro decreto legislativo, nós já tínhamos colocado isso no orçamento para 2024, apresentado em novembro. Entretanto, houve a crise política, nós tomamos posse há pouco mais de 1 mês, estamos a preparar um novo orçamento e é neste novo orçamento que se volta a colocar novos plafonds anuais, que ultrapassam aqueles foram inicialmente previstos, isto é um pouco ironia do destino porque a Assembleia Regional entendeu por plafond, num decreto legislativo regional de execução do Solenerge, pensando que nós não seríamos capazes de cumprir aquelas metas e agora estamos impedidos de ir mais além das metas, porque estamos limitados pelo decreto legislativo. É digamos que é bom, mas ao mesmo tempo ficamos limitados, mas isso só para dizer efetivamente as aprovações e os pagamentos estão um pouco limitados por essa circunstância que eu acabei de referir, mas que certamente no final deste mês estará resolvida.

Pedido de esclarecimentos **Deputada Joana Pombo Tavares** do grupo parlamentar do PS

Senhora Secretária. Então, só para poder fazer um enquadramento temporal, o dado que considera que a proposta de alteração do plafond foi a partir de novembro, os constrangimentos de pagamento são apenas a partir de novembro é só para poder esclarecer. Ou seja, o que está a indicar é que, dado que não houve alteração do decreto em relação ao plafond que a partir de novembro foi, é difícil fazer os pagamentos destes valores e das candidaturas era só mais um esclarecimento.



Sra. Secretária Regional do turismo Mobilidade e Infraestruturas

Não apenas não apenas porque eu gostava de realçar uma coisa que já disse várias vezes., os pagamentos não estão só do nosso lado, os pagamentos são do lado dos investidores também, ou seja, nós temos essa limitação que eu referi, porque já esgotámos o plafond, previsto para 2024 mas, por outro lado, por outro lado, há uma questão que está do lado dos promotores e que não depende de nós se um promotor a sua candidatura é aprovada e depois leva algum tempo a instalar o seu equipamento, isso não depende de nós. Ele tem que instalá-lo, ele tem que apresentar as evidências dessa instalação e de pagamento e só depois é que transita a questão da faturação e do lado dos incentivos e do pagamento dos incentivos. Neste momento, nós estamos com cerca de 7000000 pagos, portanto 6,9 para ser mais concreta dos 13000000 aprovados, o que quer dizer que há efetivamente muitos promotores que por razões diversas uns porque tiveram dificuldade de fornecimentos que me das cadeias de fornecimento, outros porque se atrasaram nos seus projetos, os outros porque adjudicaram mais tarde outros porque ainda vão adjudicar e vão contratar por razões várias, não está do nosso lado a apresentação das evidências para se poder fazer o pagamento do Solenerge à medida que vão apresentando e à medida que se processam os pagamentos dos incentivos.

Pedido de esclarecimentos **Deputada Ana Jorge** do grupo parlamentar do PSD.

Senhora Secretária, poderá também se assim entender, especificar aquilo que são dados concretos e que possa ter que nos levam a falar numa palavra tão possante como aquela que está prevista no combate à pobreza energética e, portanto, é uma medida realmente e um programa, realmente importante, importante para a sociedade, as sociedades modernas é, aliás, um indicador também de desenvolvimento portanto e portanto, se a Senhora Secretária entender desenvolver um pouco mais este programa e aquilo que lhe está em termos de estudo também definido eu ficaria perfeitamente penso que todos nos mais elucidados.

Sra. Secretária Regional do turismo Mobilidade e Infraestruturas

Senhora Deputada Ana Jorge. Realmente esta questão da do combate à pobreza energética é um é uma ação que já vem do início deste do XIII Governo e agora XIV Governo e que tem a preocupação de por em prática um conjunto de iniciativas com diferentes setores da sociedade e muito em particular com os, jovens e as crianças das escolas, no sentido de sensibilizar para o uso eficiente da energia o combate à pobreza energética aqui não tem o sentido de se apoiar o consumo de energia, isso é neutra lógica, há de facto, a tarifa social de energia nesta ação, o que se pretende do ponto de vista do investimento, é investir na literacia sobre energia, sobre energias



renováveis, sobre a utilização eficiente de energia e isso desde as crianças aos jovens e a vários setores da sociedade de ao poupar energia estamos a fazer poupança de energia e estamos a combater a pobreza energética aqui em sentido lato, há também previsto no programa açores 2030 mas isso fará parte dos tais incentivos que estão a ser estruturados apoios para criar melhores condições habitacionais para o isolamento das casas para não terem que ter aquecimento ou menos aquecimento tudo sempre no sentido da poupar ao utilizar o eficientemente a energia que Sobre o uso que sobre a utilização eficiente da energia e fazer a utilização eficiente da energia de substituição de janelas, de vãos de tudo aquilo que possa configurar, uma melhor, um melhor isolamento térmico das habitações e, portanto, uma maior economia de energia. Por outro lado, está também incluído aqui no 9.4 a questão da do Vale Energia e o Vale Energia que eu referi há pouco tem a ver com a necessidade de incentivar as famílias no sentido de não utilização do gás do e caminharem para a eletrificação dos seus equipamentos domésticos, no sentido dependemos cada vez menos de fósseis e poderemos avançar com energias renováveis que temos e produzimos felizmente numa boa percentagem no nosso sistema de fornecimento de energia elétrica e ao fazer essa transição para equipamentos elétricos estamos naturalmente a inculcar nas pessoas a utilização de energia de elétrica e em simultâneo, energia elétrica de fontes renováveis. Portanto, há aqui um conjunto de ações que conduzem sempre ao mesmo a descarbonização da economia, por um lado, por outro lado, a literacia no uso do uso da energia limpa tanto quanto possível e o vale, tem exatamente a preocupação de apoiar as famílias na alteração dos seus pequenos eletrodomésticos, no sentido de caminharem para placas de fogão, fornos, etc, caminharem para equipamentos elétricos e deixarem de utilizar, como agora ainda acontece em larga escala, equipamentos a gás.

Pedido de esclarecimentos **Deputado Pedro Pinto** do grupo parlamentar do CDSPP.

Pelos esclarecimentos que já trouxe esta Comissão sobre a energia e quando se fala de energia, as pessoas pensam na conta elétrica ao fim do mês e que de facto, é para algumas ou como número muito significativo das nossas famílias e das empresas a conta da eletricidade no fim do mês é substancial e, portanto, nessa matéria, que políticas é que o governo tem programadas para fazer com que no fim do mês, a conta da eletricidade seja mais suave.

Sra. Secretária Regional do turismo Mobilidade e Infraestruturas



Em relação à questão da conta da eletricidade para as famílias açorianas, há várias formas de se conseguir uma melhor otimização do custo da energia nas famílias. Desde logo o Solenerge é o grande produto que pode permitir que uma família, ao instalar determinados equipamentos para seu autoconsumo, reduza substancialmente a sua conta de energia elétrica, porque em primeiro lugar, produzirá para autoconsumo e só depois se tiver autorização e sabem que isto está sempre subjacente a sistemas elétricos de pequena dimensão, como é o nosso, em que ter autorização para poder integrar na rede, mas fundamentalmente se o sistema for bem dimensionado para aquilo que é o consumo da família pode ter uma conta zero ou próximo do zero em termos de consumo de energia, portanto, pagamento de fatura. Há outras componentes que também podem ajudar a reduzir a fatura. E um deles foi aquele que falámos há pouco, que é fazer a. uso de uma utilização eficiente, o uso eficiente da energia elétrica nos seus estabelecimentos nas suas casas quando se trata de empresas ou de famílias com utilização de equipamentos elétricos eficientes e com tudo um conjunto de conhecimentos que as pessoas devem adquirir e que os tais ações sempre civilização, também se propõem transmitir para terem o uso o mais eficiente possível e assim baixarem o custo da sua fatura energética, se nada for feito, dificilmente verão qualquer redução, porque, como sabem, nós temos um preço nacional a tarifa da energia de fornecimento de energia por parte da EDA aos cidadãos dos Açores, isto é um preço subsidiado, é um preço mais baixo do que do que aquilo que é o nosso custo de produção e essa subsidiação decorre de um de uma comparticipação de todos os cidadãos nacionais, para com o sistema nacional, onde se inclui os Açores e a entidade reguladora que faz essa subsidiação são cruzada e, portanto, que faz um preço nacional que é o preço também que se aplica aos Açores, mas que em boa verdade, o diferencial do custo é pago pelo total dos consumidores nacionais, que numa per equação que permite que tenhamos todos, o mesmo tarifário, portanto, se enquanto for assim, dificilmente o nosso a nossa fatura energética baixará, porque só baixará quando baixar no tudo nacional. Nós estamos no mercado regulado, com uma tarifa regulada pela ERSE, que é a tarifa nacional do mercado regular. Portanto, o que nós temos à nossa disposição e tem sido essa a política do Governo é criar estes outros mecanismos que estão à nossa disposição de cada família fazer o seu investimento no seu esforço para baixar através da eficiência a sua fatura de eletricidade.

Pedido de esclarecimentos **Deputado José Ávila** do grupo parlamentar do PS.

Gostaria de colocar aqui 2 questões muito simples, a Senhora Secretária. Como é sabido o governo regional há relativamente pouco tempo e estou uma campanha para instalar cerca de 1500 termoacumulador inteligentes na Graciosa, porque, como é conhecido, também todos, a Graciosa



é considerada ilha modelo, devido ao forte investimento que foi feito naquela ilha, há que resultou, numa ilha com a maior cota anual de produção de renováveis e por isso é preciso fazer ainda mais caminho para fazer esse aproveitamento e em boa hora o governo lançou esta campanha que decorreu entre 01/06/2022 e 31/10/2022.

Entretanto, já se passaram quase 2 anos desde o início desta campanha. E a que eu saiba ainda não foram instalados os termoacumuladores naquela ilha. Eu perguntasse a Secretária que se deveu a este atraso. E também, como já referi no início, a oferta era tinha como limite os 1500 termoacumulador e o que é que é um facto indesmentível é que só concorreram à para 209, o que é uma taxa de compromisso de 14%, que é muito baixa e que é muito baixa e que nós desejaríamos que fosse bastante melhor. Eu pergunto este para este fraco aproveitamento, o que é que correu mal? Eram estas 2 questões que queria deixar Secretário.

Sra. Secretária Regional do turismo Mobilidade e Infraestruturas

Uma coisa que a gente gosta sempre de falar que é da nossa ilha modelo da Graciosa a ilha Graciosa, a ilha modelo, que de facto já tem uma grande capacidade instalada de energias renováveis com a Graciólca com sistema Inovador de controlo da rede e da entrada das energias renováveis na rede com baterias são todos sistema que nós costumamos utilizar como um case Study nas intervenções e apresentações que fazemos fora de portas e também dentro de portas nas iniciativas que aqui se fazem, mas já é mais conhecido cá, mas é sempre muito elogiado em termos de outras comunidades, quando tomam contato com esta realidade que nós apresentámos. E é também na sequência disso, naturalmente e falando um pouco também na sequência do que do que há pouco foi referido relativamente à eficiência energética e à redução dos custos de consumo que se lançou obrigo do projeto LIFE IP Climaz esta candidatura e que foi aprovada e que foi direcionada para a Graciosa e que está em curso com chegada dos termoacumuladores, no dia 13 de Maio. Esta é a última notícia que nós temos, o que é uma boa notícia, porque efetivamente isto tem vindo a decorrer já algum tempo, primeiro por dificuldades de fornecimento, primeiro por dificuldades da articulação e burocracias relacionadas com a candidatura. Depois, com dificuldades de fornecimento e, mais recentemente, também porque estávamos a tentar que houvesse mais candidaturas mas por razões várias, o que eu penso que tem a ver com a própria demografia da ilha, como diz e bem apenas 209 candidaturas foram apresentadas. Penso que tem a ver com o facto de a população ser um bocado envelhecida isso implica algumas obras de adaptação e as pessoas não estarem muito propensas a fazerem grandes alterações nas suas habitações nem na sua vida em geral, não gostam de grandes mudanças e é a única explicação que temos para o facto de não ter havido uma grande adesão de qualquer modo



o projeto está aprovado e tentaremos sempre acrescentar mais candidaturas, se isso for possível na Graciosa e eventualmente até transitar com este projeto, para o Corvo já se colocou também essa possibilidade, para podermos executar aquilo que nos foi disponibilizado pelo Live. Portanto, neste momento, julgo que as coisas já estão mais ou menos em velocidade de Cruzeiro. Eu disse Corvo mas é flores, corvo é outro projeto, Penso que neste momento está tudo em velocidade de Cruzeiro, chegando os equipamentos no dia 13. Espero que haja capacidade para os instalar rapidamente e como disse, abriremos candidaturas, eventualmente nas flores sem fechar a Graciosa porque enquanto houver mais candidaturas, nós vamos tentar com a unidade de gestão do projeto, tem que ser sempre coordenado com o projeto, com quem faz a gestão do projeto, se conseguirmos manter as 2 ilhas em aberto e em simultâneo, até esgotar aquilo que nos foi aprovado no projeto, portanto, estamos atentos a isso. Não podemos obrigar ninguém a concorrer. só concorre quem deseja e tem predisposição para isso, é pena que não tenha havido mais se nos poderem ajudar aí na Graciosa, as forças vivas e os responsáveis políticos que têm feito, mas a promoção é um processo permanente, se quiserem continuar e ajudar numa promoção permanente relativamente a este projeto, nós só agradecemos porque temos toda a vontade em executar tudo aquilo que nos foi aprovado, pela entidade gestora do LIFE.

Pedido de esclarecimentos **Deputado Lobélio Mendonça** do grupo parlamentar do PS.

Duas perguntas muito breves, a Senhora Secretária no dia 18/04/2023 em declarações à Agência Lusa, dizia que a ilha do Corvo, em 2026, iria atingir os 60% de energias renováveis, as questões que eu deixo aqui são se me pode confirmar que em 2026 vamos atingir mesmo os 60% de energias renováveis e se tem alguma data concreta para a conclusão da obra das eólicas que está a ser levado a cabo na ilha do curso.

Pedido de esclarecimentos **Deputado Adolfo Vasconcelos** do grupo parlamentar do PSD

Senhora Secretária Doutora Berta Cabral a apenas para reforçar aquilo que o deputado, o senhor José Ávila estava a abordar o assunto que abordou relativamente aos termoacumuladores, realmente é uma boa notícia a entrega dos termoacumuladores agora neste mês de maio, já tem conhecimento que também que as pessoas já estão. quem fez as candidaturas já está a receber a informação através dos seus e-mails para essa para essa colocação e a questão também que tinha aqui colocado que ia colocar, era uma pergunta que a Senhora Secretária talvez já respondeu, mas para termos ou se tem informação da data que as pessoas podem possam fazer uma nova candidatura, uma vez que, como foi um processo algo burocrático e que levou algum tempo até à sua implementação e há que reconhecer essa situação, eu acho que nesta fase as pessoas como



vão ver, efetivamente as coisas a acontecerem, vai se, com certeza haver uma adesão maior. É esta questão dos termorreguladores. Acredito eu e acreditamos cá que irá acontecer essa situação. Se tem previsibilidade, a minha questão era se tem previsibilidade, para quando as pessoas possam fazer uma nova candidatura aos termoacumuladores ou se isso é uma, isso é uma campanha que vai abrir para primeiramente para as flores e depois só depois para a Graciosa ou se será em simultâneo.

Sra. Secretária Regional do turismo Mobilidade e Infraestruturas

Efetivamente o nosso projeto para o corvo renovável ao abrigo do PRR tem que estar executado até final de 2026 e, portanto, sendo a meta de 60%, ela vai ter que ser cumprida e vai ser cumprida. O que lhe posso dizer neste momento é que o parque fotovoltaico está instalado, está concluído a sua instalação e que o parque eólico, dada a complexidade da montagem das torres e dada a exiguidade de meios no Corvo, temos de facto tido dificuldade, o melhor a EDA é que está com este projeto, mas nós sabemos que EDA tem tido dificuldade em encontrar empresas que possam ir para o corvo fazer a montagem destas 10 torres, sobretudo as torres, que é mais complicado, portanto, eu confio na capacidade da EDA resolver esse problema, porque melhor do que ninguém sabe qual é o timing que tem que cumprir para poder executar o plano de recuperação e resiliência que lhe está distribuído e, portanto, eu continuo a acreditar que em 2026 teremos a meta cumprida, porque esse é mesmo o limite que nos é dado pela União Europeia para a execução do PRR. Em relação à questão colocada pelo Senhor deputado Adolfo Vasconcelos. Quanto à data previsível para a abertura de novas candidaturas, eu penso que de alguma maneira deu a resposta. A nossa intenção é deixar instalar, as candidaturas foram agora aprovadas os equipamentos que estão a chegar à Graciosa, porque só depois das pessoas verem é que vão acreditar e poderá ser útil, então, abrir novas candidaturas, abrir agora é mais do mesmo, portanto, vamos deixá-los, ter essa perceção e depois abrir de qualquer forma, a abertura tem que ser sempre combinada com um estudo do projeto. Quer em relação à Graciosa, quer em relação às Flores e, portanto, uma forma ou de outra, data ainda não está acertada com o estudo do projeto, mas julgo que é muito vantajoso deixar de correr algum tempo sobre a montagem e a entrada em funcionamento destes equipamentos, que correspondem às 209 candidaturas.



CAPÍTULO IV

SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de abstenção com reserva para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CH emitiu parecer de abstenção com reserva para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do PPM emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do PAN não emitiu parecer quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP, sem direito a voto, emitiu favorável quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD e do PPM e com as abstenções com reserva de posição para Plenário, do PS e Chega, emitir por maioria parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XIII – “Orientações de Médio Prazo 2024-2028”;**
- 2) Com os votos a favor do PSD e do PPM e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do Chega, emitir por maioria parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XIII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024”;**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

- 3) Com os votos a favor do PSD e do PPM e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do Chega, emitir por maioria **parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2024”**.

O presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia para seguimento da devida tramitação processual, dando assim cumprimento ao despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Angra do Heroísmo, 07 de maio de 2024.

O Relator

Luís Soares

O Presidente

Flávio Soares